

Repúdio à intromissão de Bolsonaro

Delegado da Alfândega de Itaguaí alerta: troca pode favorecer milícia

Marcelo Camargo - ABr



Desmatamento em julho dispara e cresce 25%, informa Imazon

O Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), informou na sexta-feira (16) que o desmatamento da região cresceu 25%, ou seja 1.287 km², só no mês de julho de 2019. No acumulado de agosto de 2018 a julho de 2019 o desmatamento também cresceu, atingindo nesses 12 meses mais 5.054 km². O Estado que mais sofreu desmatamento foi o Pará, num total de 1.792 km², seguido pelo Amazonas, com 1.010 km² e Mato Grosso, com 955 km². **Página 4**

Maggi: retórica de Bolsonaro vai levar agronegócio para estaca zero

O ex-ministro da Agricultura Blairo Maggi afirmou, em entrevista ao Valor Econômico, que a “confusão” que a retórica de Bolsonaro e seu estafe vêm disseminando na comunidade internacional, se não for contida, levará o agronegócio brasileiro à “estaca zero”. “Após anos de esforço para imprimir o ambiente como marca dos alimentos vendidos no mercado externo, o Brasil”, na opinião de Blairo Maggi, “vai ser prejudicado”. “Acho que teremos problemas sérios”, disse. **Página 3**

Cortes obrigam Exército a fazer meio expediente

A defesa do país será enfraquecida com o corte de verbas do governo. O Exército será obrigado a dispensar pelo menos 25 mil dos 80 mil recrutas no início de outubro e ainda funcionar somente meio expediente por dia. **Página 3**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Porto de Itaguaí é local de entrada e saída de armamentos e drogas

Informado por colegas de que seria exonerado do cargo por pressões de pessoas próximas ao presidente da República, o delegado da Alfândega do Porto de Itaguaí, José Alex Nóbrega de Oliveira, divulgou na sexta-feira (16) um comunicado alertando que “forças externas que não coadunam com os objetivos de fiscalização da Receita Federal estariam interessadas na troca”. Na mesma mensagem José Alex adverte que a região de Itaguaí é fortemente dominada por milícias, sendo o porto considerado um entreposto do poderio bélico da milícia. **Página 3**

Para Iedi, primeiro semestre foi desastroso na área da economia

Cecília Bastos - USP Imagens



Ex-presidente do Inpe conclama povo e cientistas a reagirem, em palestra na USP

“Temos de nos levantar em defesa da ciência”, diz Galvão

“A ciência sempre sofreu pressão de poderosos e seus resultados incomodam bastante. E as vezes em que os cientistas recuaram, não foi

bom para a humanidade”, afirmou o ex-presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão, durante palestra na

USP. “Sempre que a ciência for atacada, temos que nos levantar”, afirmou o cientista Galvão, que foi demitido por Bolsonaro após o satélite do

Instituto ter constatado um aumento de 278% no desmatamento da Amazônia. Bolsonaro disse que os dados eram falsos, mas não provou. **P. 4**

“Infelizmente, não há nada a ser comemorado quanto ao desempenho da economia na primeira metade de 2019. O semestre terminou com a maioria dos grandes setores no vermelho: serviços caíram -1% e a indústria -0,6% em junho frente a maio, com ajuste sazonal, enquanto o varejo ampliado (que inclui as vendas de veículos e material de construção) se saiu um pouco melhor, ficando em uma estagnação (0%)”, afirma o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). Conclui afirmando que “é possível um declínio do PIB no 2º trim/19”. **Página 2**

Bolsonaro é “o último capítulo do que não deu certo”, diz Huck

O apresentador da TV Globo Luciano Huck, em palestra realizada na semana passada, disse aos presentes que o governo Bolsonaro é “o último capítulo do que não deu certo”. Diante da precisão da avaliação de Huck, Bolsonaro reagiu espumando e com ameaças contra o apresentador, citando “BNDES”, “Cuba”, “Venezuela” e “jatinho”. **Página 3**

Parecer do Senado considera indicação de Eduardo afronta a STF: é nepotismo

Os consultores legislativos do Senado, em parecer, consideram que a indicação do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) para ocupar a embaixada brasileira nos Estados Unidos configura nepotismo e afronta uma súmula de 2008 do Supremo Tribunal Federal, que considera a função de chefe de missão diplomática permanente como cargo em comissão – e não de natureza política. **Página 3**

Witzel debocha de inocentes mortos pela polícia no Rio

Mãe com bebe no colo levou 10 tiros. **P. 4**

Zerar tarifa de importação não resolve a crise da indústria, alerta Abimaq

O diretor executivo de Tecnologia da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), João Alfredo Delgado, alerta que zerar tarifas sobre as alíquotas de importação não resolverá os problemas da indústria brasileira.

“O que gera crescimento da produtividade é o crescimento do investimento que vem pelo crescimento econômico. Um ambiente de crescimento econômico sustentável é que eleva a produtividade e gera emprego e renda”, disse o executivo, após destacar que “o regime Ex-Tarifário, quando bem aplicado pode trazer um ou outro equipamento com tecnologia não disponível no Brasil, mas não tem de per si o poder de aumentar a produtividade nem gerar mais emprego”.

No mês passado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, editou uma portaria (nº309) que estendeu a aplicação do regime Ex-Tarifário na redução do Imposto de Importação sobre bens de capital e de informática e telecomunicações para mais produtos, mesmo havendo similares produzidos no Brasil.

Segundo a norma, quando o produto brasileiro for pelo menos 5% mais caro que o importado, este produto não seria mais considerado como um similar nacional.

O regime Ex-Tarifário consiste na redução temporária da alíquota do Imposto de Importação de bens de capital (BK) e de informática e telecomunicação (BIT), assim descrito na Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC), quando não houver a produção nacional equivalente. As regras para a concessão dos ex-tarifários integram a Resolução Camex nº 66/2014.

A decisão tomada por Paulo Guedes em alterar as regras do regime Ex-Tarifário provocou críticas de representantes da indústria nacional, que foram à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, no dia 9 de julho, para denunciar que a indústria brasileira corria riscos de ser destruída. No dia seguinte à audiência pública do Senado, o governo suspendeu os efeitos da portaria até 30 de agosto.

De acordo com João Alfredo, “a ABIMAQ não é contra o mecanismo nem contra a importação de máquinas sem produção nacional”.

“O que a ABIMAQ prega é a isonomia do processo, isonomia garantida por todos os acordos internacionais. Ocorre que diversas máquinas importadas, com ou sem produção nacional, gozam da vantagem de não terem verificado no despacho aduaneiro exigências legais básicas, tais como, se a máquina atende à NR-12 ou a lei de eficiência energética”.

“A Portaria nº 309 modifica o regime de Ex-Tarifário consagrado no acordo do Mercosul, diminuindo o prazo de resposta das empresas nacionais e principalmente introduzindo análise de preço e prazo. Sabemos que grande parte das máquinas objeto de análise de ex-tarifário são, por sua natureza de excepcionalidade, únicas e feitas por encomenda. Ocorre que quando chegamos a um pedido (...), já decorreu todo um prazo de entendimento da encomenda e de desenvolvimento do produto”.

“Qual o prazo real que será objeto de análise? A empresa nacional não sabe os detalhes técnicos que foram abordados para se chegar a uma determinada descrição. Portanto, não há prazo que se possa comparar”, explicou João Alfredo.

“O quesito preço é outro ponto de divergência”, aponta o executivo.

“Eu posso cotar uma máquina em um país como, por exemplo, a China, mas nada impede que eu importe da Alemanha, haja vista que uma vez publicado o Ex vira tarifa aduaneira para aquela descrição”, explica João Alfredo, enfatizando ainda que “qualquer outro poderá importar a qualquer outro prazo e qualquer outro preço. Além de tudo isso, por mais que se acresça 5%, a variação cambial pode ser maior do que isso. O custo Brasil, que é o custo adicional devido a impostos não recuperados, diferença de taxa de juros e principalmente diferença de custo de insumos, chega a 30%”, disse Delgado.

No início deste mês, o Ministério da Economia, através da Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (SECINT), editou duas portarias (nº510 e nº511) que zeram as alíquotas do Imposto de Importação sobre 261 bens de capital e 20 bens de informática.

O diretor da ABIMAQ esclarece que a portaria editada no dia 2 de agosto não é uma portaria que modifica o regime de Ex-Tarifário. A Portaria nº 510 é apenas uma publicação dos produtos que foram liberados pelo governo. “Após um processo de solicitação, análise, consulta pública e avaliação. Esse processo segue um rito definido pela resolução CAMEX nº 66 de 14 de agosto de 2014”, disse Delgado.

ANTONIO ROSA

Iedi vê semestre perdido e PIB no ano ainda menor que as previsões



No país são 28,4 milhões de desempregados e subempregados, diz IBGE

Fiesp: aumenta desemprego em julho e saldo está negativo em sete meses

A indústria paulista fechou mais 3,5 mil vagas no mês de julho na comparação com junho, na série sem ajuste sazonal. Só no mês de junho, a indústria de transformação paulista fechou 13 mil postos de trabalho. No acumulado do ano, o saldo também se mostra negativo em mil vagas, segundo dados divulgados pela Federação e pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp), na sexta-feira (16). Com ajuste sazonal, houve recuo de 0,26% no mês.

SETORES

Segundo a Fiesp, 41%

dos setores pesquisados apresentaram variações negativas, com 9 demitindo, 8 contratando e 5 permanecendo estáveis.

Os principais destaques negativos foram: veículos automotores, reboques e carroceria (-2.163), couro e calçados (-966) e produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (-565).

A pesquisa apura também a situação de emprego nas grandes regiões do Estado de São Paulo e em 37 Diretorias Regionais do Ciesp. Por grande região, a variação em julho recuou na Grande São Paulo (inclusive

ABCD) (-0,23%), no ABCD (-0,67%) e no Interior (-0,09%).

Entre as 37 Diretorias Regionais, 51% apresentaram resultados negativos, com destaque para São Bernardo do Campo (-1,54%), com o fechamento de 1.050 vagas, por veículos automotores e autopeças (-1,91%) e produtos de borracha e plástico (-10,61%); e Osasco (-1,09%), com o encerramento de 700 vagas, influenciado pelos setores de produtos de borracha e plástico (-1,6%) e confecções e artigos do vestuário (-5,15%).

Segmento manufatureiro ficou estagnado, sendo que uma parcela significativa de quase 60% de seus ramos registrou retração

“Infelizmente, não há nada a ser comemorado quanto ao desempenho da economia na primeira metade de 2019. O semestre terminou com a maioria dos grandes setores no vermelho: serviços caíram -1% e a indústria -0,6% em junho frente a maio, com ajuste sazonal ampliado (que inclui as vendas de veículos e material de construção) se saiu um pouco melhor, ficando em uma estagnação (0%)”, afirma o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), no texto *Um semestre perdido*.

“Como consequência, é possível um declínio do PIB no 2º trim/19, em linha com o que sinalizou o indicador IBC-Br do Banco Central, que funciona como uma proxy do PIB: -0,13% frente a jan-mar/19, já corrigidos os efeitos sazonais. Isso levaria a economia a uma recessão técnica, caso o IBGE mantenha a o resultado de -0,2% do 1º trim/19 na série com ajuste”.

Para o Iedi, mesmo que o desempenho melhore na segunda metade do ano, “o crescimento do PIB em 2019 tende a ser ainda menor do que muitos esperavam”. O instituto se baseia nas estimativas do mercado financeiro divulgadas

pelo Banco Central, através do boletim Focus, que aponta para uma alta em torno de 0,8% para o Produto Interno Bruto deste ano.

O Iedi destaca que o setor que teve o pior desempenho no semestre foi a indústria.

Segundo o IBGE, a produção industrial brasileira recuou -1,6% no primeiro semestre deste ano em comparação com janeiro e junho do ano passado. Ainda que o setor extrativo, que acumulou perda de -13,7%, tenha contribuído para o resultado geral, “este fator está longe de ser o único em ação”, ressalta o Iedi.

“O segmento manufatureiro ficou virtualmente estagnado (+0,2%), sendo que uma parcela significativa de quase 60% de seus ramos registrou retração”.

“Regionalmente, as quedas industriais seguiram dois eixos principais: o Nordeste (-2,6% ante 1º sem/18), que mal dava os primeiros passos de recuperação, e os estados da região Sudeste, como Minas Gerais (-5,6%), Rio de Janeiro (-2,1%) e São Paulo (-0,8%), detentor do maior e mais complexo parque industrial do país. Vale lembrar que a indústria paulista já havia ficado no vermelho na segunda metade do ano passado”.

Senadores denunciam desmonte da Petrobrás

A Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado recebeu em audiência pública, na terça-feira (13), Roberto Castello Branco, atual presidente da Petrobrás, convidado para falar sobre a privatização de refinarias, fábricas de fertilizante e malhas dutoviárias da Petrobrás no contexto do “plano de desinvestimento” levado a efeito pela direção da companhia.

Castello Branco falou por quase 50 minutos defendendo as decisões da direção da empresa quanto a recente venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), quanto ao acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a colocação à venda nos próximos meses de oito das refinarias da Petrobrás e em geral do programa de “desinvestimento”, implantado desde gestões anteriores e que nestes seis meses de governo Bolsonaro foi acelerado.

Com base em premissas como não ser possível resgatar o endividamento da Petrobrás, se não com a venda do patrimônio da companhia ou ainda que as privatizações se justificam por permitir levantamento de recursos para investimentos na exploração e produção de óleo e gás no pré-sal cuja taxa de retorno é maior.

Associadas a presunção de que outras fontes de energia substituíram, num curto espaço de tempo, o petróleo, sendo agora a hora de aumentar a exploração dessa riqueza sob o risco dela perder importância e valor. Tudo “regado” a doutrinária tese da magnânima concorrência de mercado, num mercado de monopólio natural e monopólio forjado por grandes corporações.

Não faltaram verbo e empáfia para o atual presidente da Petrobrás tentar encobrir a ação de desmon-

te da companhia que está em curso e a entrega vil do nosso patrimônio basicamente para empresas estrangeiras.

Senadores refutaram os argumentos de Castello Branco apontando o erro na venda da TAG, utilizada 100% para transportar gás explorado pela petroleira, cujas receitas e o lucro da empresa são garantidos, visto que a Petrobrás paga não pela quantidade transportada de gás, mas um valor determinado pela disponibilidade dos gasodutos.

Essa condição válida para uma subsidiária integral da Petrobrás não poderia ser repassada para o comprador privado, cuja venda foi anunciada pela diretoria da Petrobrás no dia 5 de abril deste ano. Capitalismo sem risco e predatório. Tira o monopólio da Petrobrás e o entrega ao consórcio formado pela francesa Engie e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ).

Ainda no âmbito do mercado de gás foi lembrada a venda da Nova Transportadora Sudeste (NTS), que tem cerca de 2,5 mil quilômetros de gasodutos no Sudeste do Brasil, para um consórcio liderado pela canadense Brookfield.

A venda foi feita por US\$ 4,2 bilhões, sendo que a Petrobrás contrata serviços por R\$ 1 bilhão por trimestre. Em quatro anos terá pago tudo o que recebeu com a venda e ficará na dependência do consórcio estrangeiro, assinalou o senador Jean Paul Prates (PT-RN).

O Termo de Compromisso de Cessação (TCC) firmado com o CADE relativo às refinarias que a Petrobrás unilateralmente, com apoio do planalto, assinou no dia 12 de junho e que prevê a venda de oito das 13 unidades de refino da empresa foi questiona-

do. Nele a Petrobrás tem até 2021 para realizar a venda das refinarias.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) afirmou não ser compreensível como, diante de um processo não julgado e ainda inicial contra uma prática de abuso que não procede, a direção da Petrobrás assume esse “passivo”. “Por que assinar esse termo? É um instrumento danoso”.

“Além disso, as demonstrações financeiras da Petrobrás demonstram que de 2015 a 2018 o lucro das refinarias foi de R\$ 30,2 bilhões e os da área de exploração e produção geraram lucros de R\$ 7,2 bilhões. Só a BR teve no período R\$ 3,2 bilhões”.

“A maior parte das empresas de petróleo do mundo sonha em ser verticalizada, do posto a petroquímica. “Entre outras razões pela volatilidade dos preços do petróleo e as variações cambiais”, enfatiza o senador Prates.

A integração das atividades na indústria petroleira são decisivas para o equilíbrio financeiro das mesmas, sem contar as questões estratégicas do controle de fornecimento de energia. A pretensão vantajosa em praticamente reduzir os investimentos da estatal em exploração e produção de petróleo, por razões exclusivas e questionáveis de retorno sobre o capital, não tem sustentação, nem mesmo pela obtusa ótica dos monopólios do setor.

Uma resposta que o Sr. Castello Branco nem tentou responder foi devidamente formulada pelo senador do Rio Grande do Norte: “é interessante para o desenvolvimento nacional, importar refinados, sobretudo dos EUA a preços elevados e bater recorde na exportação de petróleo cru?”.

J. AMARO

Cresce desigualdade social no país em 2019, diz FGV

A desigualdade social no país cresceu em 2019 e ao encerrar o segundo trimestre de governo Bolsonaro, completou o período mais longo de concentração de renda da história do Brasil. Os dados foram apurados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) através do estudo “A Escala da Desigualdade”, divulgado na sexta-feira, 16. O estudo se baseia nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), submetidos ao índice de Gini – indicador que mede o grau de concentração de renda.

De acordo com a FGV, são 17 trimestres consecutivos de aumento do abismo entre os mais ricos e os mais pobres – o período mais longo já contabilizado. Na comparação mensal do índice de Gini (em relação ao mesmo período do ano anterior), a desigualdade social tem alta ininterrupta desde o segundo trimestre de 2015 – o que compreende os governos Dilma, Temer e Bolsonaro.

“Nem mesmo em 1989, que constituiu o nosso pico histórico de desigualdade brasileira, houve um movimento de concentração de renda por tantos períodos consecutivos”, diz o material da FGV, assinado pelo economista Marcelo Neri. Ele se refere à grande crise inflacionária do período, o que pode ser uma das causas para o aumento da desigualdade. Em 2014, o índice estava em 0,6003 e saltou de 0,6291 no segundo trimestre de 2019. Quanto mais perto de 1, sua escala máxima, maior a desigualdade.

O coeficiente pode não ser tão claro mas, a partir dele, é possível posicionar o Brasil no ranking da desigualdade como o nono país com maior diferença social do mundo, segundo os da-

dos mais recentes, de 2017. Isso deixa o Brasil atrás de países de África e de todos os vizinhos latino-americanos. Quando o assunto é concentração de renda, o Brasil está em primeiro lugar: com 1% da população mais rica concentrando quase 30% de toda a renda.

Desemprego

Impossível não associar o crescimento da desigualdade com a o desemprego, até porque o avanço de um e outro tem períodos coincidentes. De acordo com a FGV esse é o principal motivo para a concentração de renda. Em 2014, a taxa de desemprego no país era de 6,5%, saltando progressivamente para os 12% da população ativa neste segundo trimestre de 2019. Os dados são da Pnad, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Levando em consideração a renda per capita familiar (a soma da renda de todos que trabalham, dividida pelo número de pessoas do domicílio), além do desconto da inflação do período, a maior perda na renda domiciliar é da população mais pobre.

Do final de 2014 até hoje, os mais pobres, que representam aproximadamente 50% da população, viram sua renda diminuir 17,1%. Enquanto isso, os mais ricos, o 1%, a renda cresceu 10,11%. No meio do caminho estão os 10% mais ricos, cuja renda aumentou 2,55% e os 40% considerados da classe média, que perderam 4,16% em renda.

Além do desemprego em si, o estudo de Marcelo Neri destaca que a dificuldade de arrumar emprego levou muitos brasileiros para a informalidade – o que consequentemente rebaixou ferozmente a renda dos trabalhadores.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Dousa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Bolsonaro atacou o apresentador Huck diz que Bolsonaro é “o último capítulo do que não deu certo”

O apresentador da TV Globo Luciano Huck fez um diagnóstico que é comum à opinião de grande parte da população brasileira, em palestra realizada na semana passada. Ele disse aos presentes que o governo Bolsonaro é “o último capítulo do que não deu certo”. Diante da precisão da avaliação de Huck, Bolsonaro reagiu espumando e com ameaças contra o apresentador.

A reação de Jair Bolsonaro confirmou a avaliação de Luciano sobre o caos. Disse o mito: “ele falou que eu sou o último capítulo do caos. Se ele comprou jatinho, então ele faz parte do caos”. “Ajudou naqueles empréstimos de quase meio trilhão de reais, amigo Fidel Castro, Venezuela, essa galera aí. E aqui no Brasil, me parece, foram R\$ 2 bilhões (do BNDES) para amigos comprarem jatinho”, afirmou Bolsonaro, em entrevista no Palácio da Alvorada.

A referência que Bolsonaro faz é a um empréstimo de R\$ 17,7 milhões que Luciano Huck pegou no BNDES em 2013 para comprar um jato particular da Embraer.

Os empréstimos eram parte de um programa do banco destinado a financiar investimentos de empresas, chamado Finame (Financiamento de Máquinas e Equipamentos), e teve como um dos beneficiados a Brisaer Serviços Técnicos e Aeronáuticos Ltda., que tem como sócios Huck e sua esposa, apresentadora Angélica.

Mais uma vez Bolsonaro aponta sua metralhadora contra supostas irregularidades neste e em outros empréstimos feitos pelo BNDES, mas, até agora não mostrou nenhum fato concreto. Apenas agradece.

Ele chantageia Deus e o mundo, inclusive com a abertura do que seria uma tal “caixa preta” do banco, mas, até agora, nada. Só usa isso para nutrir seus planos de destruição do banco público, como, aliás, de tudo o que é público no Brasil.

Ao mesmo tempo que acusa todo mundo, ele não fala nada dos notórios crimes envolvendo membros de sua família, particularmente do filho Flávio, que é acusado de montar um esquema de lavagem de dinheiro para desviar dinheiro público em seu gabinete na Assembleia do Rio de Janeiro. Quando se fala nisso ele diz que é “perseguição” da PF e do MP.

No caso de Flávio, só seu ex-auxiliar, Fabrício Queiroz, movimentou R\$ 7 milhões que pertenceriam a funcionários fantasmas do gabinete da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e que eram depositados em sua conta. O Ministério Público investiga crimes de lavagem de dinheiro e organização criminosa, montada por Flávio e Queiroz para desviar recursos da Alerj. Há provas abundantes sobre o caso com o MP/RJ.

Há até mesmo uma suspeita, por parte da PF e do MP/RJ, de que o gabinete de Flávio Bolsonaro lavava dinheiro de milícias do Rio. A PF investigava o fato de Adriano Nóbrega, ex-PM, chegado de Queiroz, miliciano e assassino de aluguel, ter empregado sua mãe e sua mulher no gabinete de Flávio e de ter recebido uma homenagem do mesmo com a Medalha Tiradentes da Alerj (ver no HP: *Bolsonaro e as milícias*).

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

Moro oculta papéis da PF que entregou a Bolsonaro sobre os laranjas do PSL

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, recusou-se a revelar cópia de documentos da Polícia Federal sobre as candidaturas laranjas do PSL que ele entregou irregularmente para Bolsonaro.

A entrega pelo Ministério da Justiça de cópia do inquérito da PF a Bolsonaro é ilegal (está em segredo de Justiça) e o ministro Moro foi questionado sobre essa irregularidade na época. Em nota, divulgada no dia 5 de julho, ele desmentiu a versão de Jair Bolsonaro. Primeiro confirmou que mandou as informações, mas depois voltou atrás e disse que essas informações não interferem nas investigações. (Ver Moro diz que não entregou, mas Bolsonaro confirma que recebeu inquérito sob sigilo de Justiça)

O escândalo das candidaturas laranjas do PSL foi revelado em fevereiro, após denúncia de que o ministro do Turismo, Marcelo Alvaro Antônio, que presidiu o PSL de Minas Gerais, pediu ao órgão nacional do partido o repasse de R\$ 279 mil do fundo eleitoral para candidatas, que desenvol-

veram ao menos R\$ 85 mil para o esquema do ministro.

Inquérito da Polícia Federal aponta que há indícios da participação de Alvaro Antônio em um esquema que desviou verbas do fundo eleitoral para empresas ligadas a assessores do seu gabinete na Câmara, utilizando as candidaturas laranjas. A investigação tramita sob sigilo de Justiça no 26ª Zona Eleitoral de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, que solicitou os documentos com base na Lei de Acesso à Informação, o gabinete do ministro não enviou a documentação que Bolsonaro disse ter recebido de Moro em uma entrevista coletiva em Osaka, Japão, no final junho.

“Ele [Moro] mandou a cópia do que foi investigado pela Polícia Federal pra mim. Mandei um assessor meu ler porque eu não tive tempo de ler”, admitiu Bolsonaro quando foi indagado sobre a operação deflagrada pela PF para investigar laranja do PSL, que prendeu um assessor do ministro do Turismo.

Ler mais em www.horadopovo.com.br

Chefe da Receita: troca em Itaguaí pode ajudar milícias



Operação no porto de Itaguaí, um dos mais visados pelos criminosos

“Quem manda sou eu”, disse Bolsonaro, ao barrar nome indicado pela direção da PF

O afastamento do superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro, Ricardo Saadi, resultado da ingerência inédita e direta de Jair Bolsonaro, é a continuação da operação abafa sobre as investigações dos crimes de Flávio Bolsonaro.

Antes das investigações serem paralisadas por decisão de Dias Toffoli, a Polícia Federal, o Ministério Público e a Receita Federal estavam fechando o cerco sobre os crimes do senador e de seu

auxiliar, Fabrício Queiroz.

O afastamento do superintendente do Rio e a intromissão arrogante de Bolsonaro nas decisões da Polícia Federal provocaram indignação entre os membros da corporação, que ameaçaram com renúncia geral.

Ele não só demitiu o superintendente do Rio como não aceitou o nome indicado pela direção geral da PF – como é de praxe – para ocupar o cargo do superintendente afastado. O substituto

indicado pela direção geral do PF para o cargo era o superintendente em Pernambuco, Carlos Henrique Oliveira.

Bolsonaro disse em entrevista a jornalistas na quinta-feira (16) que não seria Carlos Henrique o superintendente. “Quem manda sou eu”, disse ele, apontando que o nome que ele queria para o cargo era o de Alexandre Saraiva, chefe da PF no Amazonas.

Íntegra do texto em www.horadopovo.com.br

Cortes obrigam Exército a implantar meio expediente e dispensar 25 mil recrutas

Com os bloqueios de verbas anunciados pelo governo Bolsonaro, o Exército Brasileiro será obrigado a dispensar pelo menos 25 mil dos 80 mil recrutas no início de outubro e ainda funcionar somente meio expediente por dia.

A dispensa dos soldados, prevista em todo o país, terá como consequência direta o agravamento do quadro de desemprego. A situação é mais grave em cidades do interior em que jovens dependem do trabalho nos quartéis.

Além dos cortes no número de recrutas, o Exército também prevê

reduzir operações militares. A situação no Exército já era crítica e foi agravada com os cortes, no primeiro semestre, de R\$ 180 milhões que seriam destinados a despesas.

Segundo os militares, a redução continua no orçamento da Força – neste ano é de R\$ 620 milhões, mesmo valor de 2009 –, futuramente pode comprometer até mesmo gastos do dia a dia, como contas de luz, gás, telefone, combustível e até munição.

Em seu discurso na transmissão do cargo de secretário de Economia e Finanças do Exército, o general Marcos Antônio

Amaro advertiu que “os insuficientes recursos no orçamento para aquisição e manutenção dos meios e para desenvolvimento das atividades da Força vêm reduzindo a sua operacionalidade a patamares inadequados às suas missões constitucionais e subsidiárias”. Amaro assumiu o Comando Militar do Sudeste, em São Paulo.

Jair Bolsonaro apelou a instituição e já adiantou para a imprensa que o Exército Brasileiro vai funcionar somente meio expediente por dia por falta de verbas.

Íntegra do texto em www.horadopovo.com.br

Indicação de Eduardo Bolsonaro é nepotismo e afronta o STF, dizem técnicos do Senado

Os consultores legislativos do Senado elaboraram um parecer considerando que a indicação do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) para ocupar a embaixada brasileira nos Estados Unidos configura nepotismo.

Para os técnicos do Senado, a indicação afronta uma súmula de 2008 do Supremo Tribunal Federal (STF) que considera cargo em comissão – e não de natureza política – a função de chefe de missão diplomática permanente. O parecer é assinado pelos consultores Renato Rezende e Tarciso Jardim.

“Quanto à situação concreta colocada, considerando que: (a) embaixadores não são agentes políticos, (b) é comissionado o cargo de chefe de missão

diplomática permanente, (c) as indicações para esse cargo (e as próprias nomeações) são feitas pelo presidente da República, (d) o Deputado Eduardo Bolsonaro é filho (parente em primeiro grau) do presidente da República, concluímos ser aplicável ao caso a Súmula Vinculante nº 13, restando configurada, na hipótese de a indicação vir a ser formalizada, a prática de nepotismo”, diz o parecer.

A súmula e um decreto de 2010 vedam a nomeação, por parte de agentes públicos, de parentes para cargos em comissão ou funções de confiança. Há exceções para cargos políticos.

Os consultores descartam a avaliação de que a função de embaixador

seja política e a indicação de Eduardo, feita pelo seu pai, não se enquadra na exceção admitida para cargos políticos, uma vez que, para os técnicos do Senado, o cargo é comissionado.

“Por mais importante que seja a missão do embaixador brasileiro, não há espaço para se cogitar de uma atuação sua independente na condução das relações com aquele país, muito menos na formulação de diretrizes políticas ou da vontade estatal superior em seu âmbito de competência. A partir desses elementos, se nos afigura inconcebível qualificar o cargo de embaixador como político”, afirmam os técnicos.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

PCdoB: defesa da democracia como eixo de unidade contra Bolsonaro

Reunido entre os dias 16 e 18 de agosto, o Comitê Central do PCdoB debateu sobre a situação política do país e aprovou resolução política no domingo (18) em que aponta como estratégia central dos comunistas: o fortalecimento e a ampliação da oposição ao governo Bolsonaro e a defesa da democracia como eixo de unidade.

O documento aprovado pela direção nacional faz um balanço dos primeiros oito meses do governo federal, aborda a ameaça do presidente da República ao regime democrático e a afronta do governo frente à “legalidade constitucional”, impondo um “regresso civilizacional”.



Encontro aconteceu no fim de semana em SP

Diante deste quadro, a resolução apresenta a tática dos comunistas na correlação de forças e a tarefa central dos comunistas neste período. Para o PCdoB, deve-se explorar as “contradições no campo do governo” diante da conduta política de Bolsonaro “essencialmente des-

regada”. Segundo a nota política, a defesa da democracia amplia a oposição e isola Bolsonaro. E para tanto, é necessário que o PCdoB esteja na linha de frente desta resistência ao governo.

Leia a resolução política na íntegra em www.horadopovo.com.br

Delegado da Alfândega do Porto de Itaguaí (RJ), José Alex Nóbrega de Oliveira, ameaçado de substituição, denuncia que interferência do Planalto na Receita pode favorecer o crime

A intromissão de Bolsonaro na indicação de postos importantes da Receita Federal no Rio de Janeiro está provocando uma reação de repúdio de auditores fiscais. Um dos pontos mais críticos é a eventual substituição de José Alex Nóbrega de Oliveira, delegado da Alfândega do Porto de Itaguaí, região com forte presença das milícias, na Zona Oeste do Rio. (ver no www.horadopovo.com.br *Sindifisco convoca ato em defesa da Receita e contra as pressões de Bolsonaro*).

Informado por colegas de que seria exonerado do cargo por pressões de pessoas próximas ao presidente da República, José Alex Nóbrega de Oliveira, divulgou na sexta-feira (16) um comunicado em um grupo de aplicativo para alertar que “forças externas que não coadunam com os objetivos de fiscalização da Receita Federal, pautados pelo interesse público e defesa dos interesses nacionais” estariam interessadas na troca.

Na mesma mensagem encaminhada no grupo de aplicativo, e que vazou, sendo obtida pelo jornal O Globo, José Alex alertou que a região de Itaguaí é fortemente dominada por milícias, sendo o porto um local de entrada de mercadorias vindas da China e exportação para a Europa.

Investigadores da polícia, promotores e procuradores da República, apontam o Porto de Itaguaí, um dos maiores do país, como provável entreposto do poderio bélico da milícia e do tráfico no Rio de Janeiro.

A direção da Receita fez chegar ao presidente Jair Bolsonaro um dossiê que alerta sobre o alto risco de substituição por um fiscal menos experiente para comandar uma unidade cercada pela milícia da Zona Oeste.

Os fiscais não fazem operações ostensivas porque temem a milícia hegemônica na região. Isso só é possível quando as Forças Armadas dão apoio. De uma a duas vezes por semana, um

cão farejador (K9) da Receita vistoria os contêineres. Reportagem do O Globo constatou que nas madrugadas, fica apenas um agente da Polícia Federal para cobrir toda a área.

Audidores desconfiam que estão em jogo também a chefia da Delegacia da Receita da Barra da Tijuca e o cargo do superintendente da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal, Mário José Dehon São Thiago Santiago, que estaria se negando a providenciar as substituições.

“Para minha surpresa, há cerca de três semanas, o superintendente Mário (Dehon, superintendente da Receita Federal) me informa que havia uma indicação política para assumir a Alfândega de Itaguaí, a qual ele não concordava. Tratava-se de um auditor lotado em Manaus que não possuía em seus 35 anos de Receita Federal nenhuma passagem pela Aduana e sem nunca ter assumido chefias”, afirma José Alex.

“Inconformado com essa situação, o superintendente recusou-se a indicar o nome sugerido, considerando que não preenchia os critérios técnicos para a indicação. Segundo o responsável a nomeação fugia dos trâmites utilizados pela RFB para escolha de suas lideranças. Em represália a essa atitude, o mesmo está ameaçado de exoneração”, adverte o delegado no texto.

Na mesma mensagem encaminhada no grupo de aplicativo, José Alex alertou enfaticamente que a região de Itaguaí é fortemente dominada por milícias, sendo o porto um local de entrada e saída de armas, drogas, mercadorias vindas da China e exportação para a Europa.

Durante a prisão do miliciano Ronnie Lessa, integrante do escritório do crime, identificado como o executor do assassinato de Marielle Franco, foram encontrados 117 fuzis desmontados escondidos na residência de um compar-sa. (ver no www.horadopovo.com.br *Bolsonaro e as milícias*)

Maggi: “retórica de Bolsonaro vai levar agronegócio à estaca zero”

O ex-ministro da Agricultura Blairo Maggi afirmou, na quinta-feira (15), em entrevista ao Valor Econômico, que a “confusão” que a retórica de Bolsonaro e seu estafe vêm disseminando na comunidade internacional, se não for contida, levará o agronegócio brasileiro a “estaca zero”.

“Estamos pagando um preço muito alto e acho que teremos problemas sérios. E como exportador te digo: as coisas estão apertando cada vez mais”, acrescentou o produtor de soja e ex-ministro.

“Após anos de esforço para imprimir o ambiente como marca dos alimentos vendidos no mercado externo, o Brasil”, na opinião de Blairo Maggi, “vai ser prejudicado com esse discurso”.

“Há anos o Brasil vinha defendendo preservação com produção, tínhamos avançado bastante, já tínhamos ganhado confiança do mercado, mas com esse discurso [do governo], voltamos à estaca zero. E aqui faço uma analogia: o Brasil tinha subido no muro e passado a perna para descer do outro lado, agora fomos empurrados de volta e para bem longe do muro. Não veja como crítica feroz, mas sim como um alerta”, disse Blairo.

Desmatamento na Amazônia cresceu 25% só em julho, informa o Imazon

O Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), informou na sexta-feira (16) que o desmatamento da Amazônia cresceu 25%, ou seja 1.287 km², só no mês de julho de 2019.

O aumento é de 66% no acumulado de julho de 2018 a julho de 2019.

No acumulado de agosto de 2018 a julho de 2019 o desmatamento cresceu 15% em relação ao acumulado do mesmo período de 2017 a 2018.

O total desmatado nesses 12 meses foi de 5.054 km², 15% superior ao registrado entre agosto de 2017 e julho de 2018, que somou 4.387 km² desmatados.

“Fui criticado na época mesmo, mas depois chamei os agricultores, frequentei fóruns mundiais de ambiente e comecei a estabelecer algumas metas, parâmetros para a questão ambiental e nos últimos anos conseguimos conciliar discurso de preservação com produção. E avançamos”, lembrou.

“Agora”, acrescenta Maggi, “o Brasil já tinha avançado. O problema é que o “agro” é sempre o mais prejudicado num discurso que não é adequado. E o discurso do governo está distante da realidade”.

“Quando estou exportando soja, milho, eles [importadores] querem saber mais do que nunca a origem de certificação do meu produto. Felizmente, no nosso caso, a área de soja e milho em Mato Grosso está muito certinha nos últimos anos e cumprimos todas as exigências, mas elas estão mais rigorosas do que há dois anos, por exemplo. Os importadores, principalmente europeus, vêm visitar mais as lavouras, a produção, e querem saber mais como produzimos. E, se plantamos em área desmatada, eles não compram. Então o discurso só atrapalha”, denunciou o ex-ministro.

Dados do Instituto. Foto: Reprodução – Imazon

O estado que mais desmatou foi o Pará, num total de 1.792 km², seguido por Amazonas, com 1.010 km² e Mato Grosso, com 955 km². A medição do SAD é feita entre esses meses para que fique mais fácil identificar os períodos de seca, que podem causar queimadas e influenciam na extração de árvores.

O Imazon é um instituto nacional de pesquisa e monitoramento acerca do desmatamento e da degradação da Amazônia Legal e não é ligado ao estado.

A Amazônia Legal é composta por nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

“Temos que nos levantar em defesa da ciência”, convoca Ricardo Galvão

“A ciência sempre sofreu pressão de poderosos e seus resultados incomodam bastante; e as vezes em que os cientistas recuaram, não foi bom para a humanidade”, afirmou o cientista do Inpe, demitido por Bolsonaro, durante palestra na USP

Durante conferência na Universidade de São Paulo (USP), o ex-presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) Ricardo Galvão afirmou que “sempre que a ciência for atacada, temos que nos levantar”.

“Devemos sempre lutar contra os assaltos e os ataques à ciência, independente de nossa ideologia partidária ou política”, disse Galvão, que agora volta a lecionar e pesquisar no Instituto de Física da USP. “Temos que nos manifestar, e com força. Não podemos baixar a guarda”.

Depois do Inpe divulgar dados referentes ao aumento do desmatamento nos últimos meses, Jair Bolsonaro e seu ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, passaram a atacar o Instituto e afirmar que seus dados eram falsos. Bolsonaro chegou até mesmo a dizer que Galvão, que presidia o Inpe, estava a serviço de uma ONG internacional.

Segundo a constatação do Inpe, o desmatamento em julho deste ano, na Amazônia, chegou a 2.254,8 km², ou seja, +278% que o desmatamento de julho de 2018 (596,6 km²). Quando os números deixaram claro o ritmo do desmatamento que está em curso, Galvão foi exonerado do cargo.

A conferência foi organizada pela Pró-reitoria de Pesquisa da USP e aconteceu na sexta-feira (16), na própria USP.

“As autoridades sempre se incomodam quando os dados não dizem aquilo que elas gostariam de ouvir. A ciência sempre sofreu pressão de poderosos e seus resultados incomodam bastante; e as vezes em que os cientistas recuaram, não foi bom para a humanidade”, afirmou Galvão.

O cientista questionou as afirmações do ministro do Meio Ambiente, de que dados em sua posse desmentiriam os números

catastróficos apresentados pelo Inpe. Segundo Galvão, o instituto solicitou duas vezes, por ofício, acesso aos dados apresentados por Salles, para fazer uma checagem técnica, mas o pedido não foi atendido.

SISTEMA PLANET

Ele questionou o fato de o ministro já ter anunciado o interesse de contratar os serviços da empresa Planet, sem antes ter feito uma licitação. E disse que as imagens de altíssima resolução vendidas pela empresa são caras e permitem um detalhamento que é desnecessário para o monitoramento em tempo real da Amazônia, como é feito pelo Deter.

Um dos argumentos que Salles e Bolsonaro usavam quanto aos dados do Inpe, é de que a resolução dos equipamentos utilizados era baixa demais. “Imagine analisar a Amazônia inteira com uma resolução de dois metros. Para quê? Não preciso enxergar a porta para saber que uma casa está sendo derrubada”, respondeu Galvão.

“Eu falei: ‘Ministro, não se mede a distância Rio-SP com uma régua de 10 cm. A copa de uma árvore da Amazônia tem diâmetro de 15 m, 20 m. Para que eu preciso de uma resolução de 2 m para um alerta de desmatamento?’”.

Para Ricardo Galvão, o ministro Salles está “caindo no canto da sereia dos vendedores”.

O pesquisador admitiu ter ficado “triste” por ter ouvido o ministro Ricardo Salles “dizer que todas as instituições científicas do Brasil estavam aparelhadas pelo extremismo de esquerda. Coragem, inclusive, de falar em público isso”.

Galvão perguntou: “Será que estamos de volta às trevas?”. Em seguida, respondeu que “não, porque a comunidade acadêmica e científica, e o povo brasileiro não se calarão”.



Ricardo Galvão defendeu que “os cientistas não podem ficar calados” diante desta realidade



“Cadáveres de jovens estão no colo dos direitos humanos”, diz Witzel sobre mortes de inocentes

Nesta sexta-feira (16), a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da OAB-RJ emitiram uma nota de repúdio à declaração proferida, no dia 16 de agosto, pelo governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), que afirmou estar “no colo” dos defensores de direitos humanos os cadáveres dos seis jovens assassinados nos últimos dias durante operações policiais.

“Quando eu digo que quem está de fuzil tem que ser abatido, levantam-se vários defensores de direitos humanos; aí quando eles [bandidos] matam inocente, levantam a foto do inocente, dizendo que foi a polícia que matou”, disse o governador.

“Pessoas que se dizem defensoras de direitos humanos, ‘pseudodefensoras’ de direitos humanos, não querem que a polícia mate quem está de fuzil. Porque se não mata quem está de fuzil, quem morre são os inocentes. Então, está na sua conta, defensor dos direitos humanos. Esses

cadáveres desses jovens não estão no meu colo. Estão no colo de vocês, que não deixam que as polícias façam o trabalho que tem que ser feito”, emendou Witzel.

Segundo as comissões, o governador afrontou o artigo 144 da Constituição Federal ao não reconhecer o papel da polícia militar de preservação da ordem pública. Não há legislação no Brasil que permita a polícia matar indiscriminadamente.

“Com esse tipo de afirmação, na verdade, o governador foge de sua atribuição de chefe das forças de segurança, ao tentar transferir para defensores de direitos humanos a responsabilidade de mortes ocorridas a partir de ações do Estado. A política de segurança defendida pelo governador tem como método violência e morte, enquanto a que os defensores de direitos humanos defendem é a política da vida para todos”, diz um trecho da nota.

Somente em 2019, a atual gestão do governo estadual alcançou o recorde de maior número de mortes por intervenção policial nos últimos 20 anos. Em 2018 foram mortas 1534 pessoas pela polícia militar do Rio

de Janeiro, em 2019 já são 881 mortos. Essa política de morte defendida pelo governo também vítima a própria polícia. No ano de 2018, 92 policiais militares morreram no Rio de Janeiro, sendo 24 em serviço, 13 eram policiais reformados e 55 estavam de folga no momento do crime.

A OAB-RJ havia afirmado na quarta-feira (14), que tem profunda preocupação com a política de segurança pública do estado. De acordo com o órgão, a morte recente de seis jovens é algo “inadmissível e não podem ser tratadas como efeito colateral aceitável”. O órgão classificou a política adotada como “sem inteligência e respeito a direitos e garantias da população.” O posicionamento segue e diz que “nenhum indicador de violência ou ‘propósito pacificador’ justifica incursões policiais que desprezem a vida humana, com corte de raça e classe tão eloquente”.

A OAB disse ainda que estuda medidas contra esse “estado de coisas” e que irá prestar apoio jurídico às famílias dos jovens assassinados.

MP-SP investiga suspeitas de enriquecimento ilícito de Ricardo Salles: + 528% em seis anos

O Ministério Público de São Paulo abriu um inquérito para investigar a suspeita de enriquecimento ilícito do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, entre 2012 e 2017, período em que ele alternou a atividade de advogado com cargos no governo paulista. A Promotoria já pediu a quebra de sigilo bancário e fiscal de Salles, porém a Justiça negou a medida duas vezes neste mês.

A investigação começou em julho após uma representação feita por uma empresa chamada Sppatrim Administração e Participações, que levantou suspeita sobre a evolução patrimonial de Salles com base nas declarações de bens que ele mesmo prestou à Justiça Eleitoral. Em 2012, quando foi candidato a vereador pelo PSDB, Salles declarou possuir R\$ 1,4 milhão em bens, a maior parte em aplicações financeiras, 10% de um apartamento, um carro e uma moto. Em 2018, quando saiu a deputado federal pelo Novo, foram R\$ 8,8 milhões, sendo dois apartamentos de R\$ 3 milhões cada, R\$ 2,3 milhões em aplicações e um barco de R\$ 500 mil, uma alta de 335% em cinco anos, corrigindo o valor pela inflação.

Em nota, a assessoria do Ministério do Meio Ambiente afirmou ao jornal O Estado de S. Paulo que o “patrimônio e os rendimentos do ministro foram sempre declarados adequadamente à Receita Federal” e que “a própria representação não traz nada diferente do que nelas constam”.

Durante quase metade do período sob investigação, Salles ocupou cargos no governo do Estado. Primeiro foi secretário particular do ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB) entre março de 2013 e novembro de 2014, função pela qual recebia R\$ 12,4 mil líquidos, depois secretário do Meio Ambiente na mesma gestão, entre julho de 2016 e agosto de 2017, com remuneração média de R\$ 18,4 mil. No pedido de quebra de sigilo do ministro,

ao qual o Estadão teve acesso, o promotor Ricardo Manuel Castro destaca que, em 2014, Salles alegou queda de seus rendimentos por causa do cargo público em um pedido à Justiça para reduzir a pensão paga aos seus dois filhos. Conseguiu decisão para diminuir o valor de R\$ 8,5 mil para R\$ 5 mil.

O promotor afirma que Salles atuou em dez casos como advogado no período e que “não foram encontrados” nos autos “valores de causa suficientes a ponto de justificar o recebimento de honorários em volume tal que pudesse amparar tal aumento patrimonial”. O promotor menciona no pedido o fato da evolução patrimonial de Salles ter ocorrido no período em que ele foi acusado de fraudar o plano de manejo de uma área de proteção ambiental quando foi secretário em São Paulo para beneficiar empresas de mineração. O MP moveu ação que resultou na condenação dele por improbidade administrativa em dezembro de 2018. Ele nega responsabilidade e recorreu da decisão.

Além da quebra de sigilo, o promotor solicitou a elaboração de um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) apontando que o órgão de controle já havia informado sobre a “existência de movimentações comunicadas compulsoriamente” relacionadas ao CPF de Salles, mas não enviou o relatório. O pedido, contudo, foi negado nas duas instâncias da Justiça paulista. Em sua decisão, o juiz Marcos de Lima Porta, da 5.^a Vara da Fazenda Pública, afirma que o fato de o próprio ministro ter feito a declaração de seu patrimônio “já indica sua boa-fé” e que a evolução patrimonial ocorreu passado “razoável período”.

Autora do pedido de investigação sobre Ricardo Salles, a empresa Sppatrim Administração e Participações pertence à família de Luiz Eduardo Bottura, um engenheiro e empresário que há cerca de quatro anos trava disputas judiciais com o atual ministro do Meio Ambiente.

Corte no orçamento coloca CNPq em risco

A organização deliberativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) divulgou neste domingo (18), uma carta aberta ao governo federal e ao Congresso pedindo a recomposição orçamentária da agência fomentadora de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

No documento, os conselheiros alertam que está em risco no país a sua principal riqueza “a capacidade de geração de conhecimento e inovação”.

“O Brasil vem se destacando dentre as nações em sua capacidade de geração de conhecimento com desdobramentos importantes no agronegócio, na solução criativa de problemas de energia, no cuidado com problemas de saúde, por exemplo. O CNPq tem sido a mola propulsora da produção de ciência e tecnologia do país, garantindo a realização de pesquisa tanto nos laboratórios de ciência fundamental como naqueles que se dedicam à ciência aplicada e à inovação”.

“Sem Ciência e Inovação não há futuro e nem soberania, conforme demonstram várias experiências internacionais. Além disso, a descontinuidade do financiamento desencoraja e desmonta grupos de pesquisa em todo o país e interrompe a formação de novas gerações de pesquisadores e cientistas!”, diz um trecho da nota.

Com o agravar dos cortes orçamentários no MCTIC, o CNPq já cogita que caso não consiga sanar o déficit de R\$ 330 milhões no seu orçamento, consequentemente terá que suspender o pagamento de bolsas a 84 mil pesquisadores espalhados pelo Brasil.

Segundo o Jornal da USP, o rombo existe desde o começo do ano e, caso não seja solucionado, o dinheiro do CNPq acabará nas próximas semanas. Na quinta-feira (15), o órgão suspendeu a assinatura de novos contratos de bolsas de estudo e pesquisa.

João Luiz Filgueiras de Azevedo, presidente do CNPq disse que o órgão pagará as bolsas de agosto normalmente, “mas de setembro em diante não tem como pagar mais nada. A folha de agosto, essencialmente, zera o nosso orçamento”.

O ministro do MCTIC, Marcos Pontes, afirmou na sexta-feira (16), que há a possibilidade que as bolsas do CNPq fiquem sem pagamento em setembro. Ele disse que a liberação de recursos está na “mão da Economia e também da Casa Civil”.

O recurso pedido é necessário para cobrir o déficit previsto pelo CNPq desde o ano passado, quando a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 foi aprovada, para as bolsas. O conselho informou que já usou 88% da verba disponível em 2019 para o pagamento de bolsas.

Lei de Janaina Paschoal sobre liberação de cesáreas vai contra as recomendações da OMS

Por 58 votos a favor e 20 contrários foi aprovado, nesta quarta-feira (14), na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) o projeto de lei da deputada Janaina Paschoal (PSL) que garante à gestante a possibilidade de optar pela cesárea, a partir da 39ª semana de gravidez, em hospitais públicos do Sistema Único de Saúde (SUS), ainda que não haja orientação médica. O projeto ficou conhecido como PL das Cesáreas.

O conteúdo do projeto não foi debatido em nenhuma comissão temática, como a de Constituição e Justiça, por exemplo, nem foi aberto para uma audiência pública. Nenhuma organização técnica foi convidada a se manifestar sobre a proposta na Assembleia. Um acordo entre os deputados permitiu que o PL 435 fosse incluído no pacote de projetos de urgência, o que o levou direto à votação em plenário e acarretou na aprovação precoce.

A deputada do PSL afirma que sua intenção é defender a vida e a autonomia das mulheres em relação ao que chama de “obsessão” por parto normal. “O parto cesáreo não é uma questão de comodidade, mas a salvaguarda da vida de uma criança pronta para nascer e que cuja mãe, muitas vezes, é mandada de volta para casa até que o parto normal tenha início – em função de uma verdadeira obsessão pelo parto normal – e acaba ocasionando asfixia fetal, levando crianças à morte em uma circunstância grave, triste e desnecessária”, disse.

O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo (Coren-SP) e o Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública estadual (Nudem) são contra o projeto.

O Coren, afirma que “o PL apresentado está em desacordo com as 56 recomendações emitidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), divulgadas em 2018, que estabelecem padrões de atendimento para reduzir as intervenções desnecessárias no parto. Nas últimas décadas, houve aumento significativo das taxas de cesariana em todo o mundo, sem comprovação de benefícios significativos para a saúde das mulheres e de seus bebês”, afirmou a entidade.

A defensora pública Paula Sant’Anna Machado de Souza citou estatísticas em que 70% das mulheres iniciam o pré-natal com desejo de ter um parto normal. Mas ao final, mais da metade dos partos ocorre por cesariana. “Será que elas realmente estão tendo opção? O que tem havido nesse tempo, que leva a escolha de um procedimento que contraria as indicações de saúde internacionais?”, questionou.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda cesárea apenas “quando medicamente necessária”. Segundo a OMS, as cesáreas podem causar complicações significativas, incapacidade ou morte, particularmente em locais sem instalações com condições de realizar cirurgias seguras ou tratar potenciais complicações.

Amparados por Bolsonaro, desmatadores fazem o “Dia do fogo” nas florestas do Pará

Fazendeiros e grileiros do entorno da BR-163 no sudoeste do Estado do Pará realizaram uma escalada no número de queimadas no chamado “Dia do fogo” no último sábado (10). Após o ato, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), registrou uma explosão de focos de incêndio na região, segundo monitoramento do Programa Queimadas. O Ministério Público Estadual investiga o caso.

Na principal cidade da região, Novo Progresso, foram registrados cerca de 124 focos de incêndio, representando um aumento de 300% em relação ao dia anterior. No domingo, foram 203 casos. Nos últimos dias, a cidade conviveu com uma densa

nuvem de fumaça.

Em Altamira (PA), em que parte do território está na área de influência da BR-163, o salto no sábado foi ainda maior, 743%, com 194 casos. No domingo, foram 237 ocorrências de fogo. Imagens de satélite mostram que grande parte desses incêndios está concentrada no entorno da rodovia.

Com esses registros, Altamira e Novo Progresso lideraram o ranking de municípios com mais registros de fogo do último fim de semana, segundo o Programa Queimadas. Em seguida, aparecem Colniza (MT), Porto Velho (RO) e Apuí (AM).

O “Dia do fogo” foi revelado no último dia 5 pelo jornal Folha do Progresso,

de Novo Progresso. De acordo com a publicação, os produtores se sentem “amparados pelas palavras do presidente Jair Bolsonaro e coordenaram a queima de pasto e áreas em processo de desmate na mesma data. O objetivo, segundo um dos líderes ouvidos sob anonimato, é mostrar para o presidente que querem trabalhar”.

Ao longo dos últimos anos, o Ibama mantém uma base de fiscalização em Novo Progresso durante o período seco. Porém, neste ano, a operação foi cancelada devido à falta de apoio tanto da PM do Pará, que há dois meses deixou de apoiar o órgão ambiental federal, quanto da Força Nacional, ligada ao Ministério da Justiça.

Deputados rejeitam destaques e MP da escravidão vai ao Senado



Projeto do governo de lei de Diretrizes Orçamentárias prevê apenas a inflação

Salário mínimo não terá aumento real em 2020

Por meio do projeto de lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) proposto pelo governo, o valor do salário mínimo de 2020 será corrigido apenas pela inflação, sem aumento real. O LDO foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento na quinta-feira (8).

O valor proposto pela LDO para o salário mínimo é de R\$ 1.040 e, se aprovado pelo Congresso Nacional, será válido a partir de fevereiro do ano que vem.

Calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) na comparação com o valor atual do mínimo (R\$ 998), o aumento nominal será de 4,2%.

O modelo de reajuste do mínimo vigente desde 2011 até agora previa correção com base na inflação do ano anterior além de um aumento conforme a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

O modelo deve valer para os dois anos seguintes, conforme a proposta aprovada pela Comissão. O texto ainda precisa ser aprovado em sessão conjunta do Congresso Nacional antes de seguir para a sanção de Bolsonaro.

Contrariando a proposta original do governo, o relatório incluiu a permissão para que o Executivo autorize reajuste salarial para o funcionalismo público em 2020. Na proposta enviada pelo governo, em abril, previa a possibilidade de aumento apenas para os militares.



Ao centro, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, durante a votação



Auditores fiscais realizaram manifestação no dia 8 em frente ao STF

Sindifisco convoca protesto em defesa da Receita e contra as pressões de Bolsonaro

O Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), que representa os auditores fiscais da Receita Federal, está convocando a categoria para uma manifestação na quarta-feira (21) contra a interferência no órgão e as pressões de Jair Bolsonaro.

Seis subsecretários da receita estão querendo entregar seus cargos em protesto contra o abuso e as perseguições. Além deles, outros chefes do setor podem seguir o mesmo caminho, caso sejam efetivadas indicações políticas na superintendência do Rio de Janeiro e em outros postos-chaves do órgão.

Por ordem de Bolsonaro, o secretário especial da Receita, Marcos Cintra, pediu ao superintendente da PF no Rio de Janeiro, Mário Dehon, a troca de delegados chefes de duas unidades no Estado – a Delegacia da Alfândega da Receita Federal no Porto de Itaguaí e da Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro II, na Barra da Tijuca.

A Delegacia da Alfândega da Receita Federal no Porto de Itaguaí é estratégica no combate a ilícitos praticados por milícias e pelo narcotráfico em operações no porto, que incluem contrabando, pirataria e subvalorização de produtos.

Dehon recusou indicar um nome que foi sugerido, considerando que não preenche os critérios técnicos para a indicação. Então ele ficou ameaçado no cargo.

A manifestação do Sindifisco está sendo chamada de “Dia Nacional de Luto”.

Abaixo, leia na íntegra a nota com as denúncias do Sindifisco e a convocação do ato:

“Participo do Dia Nacional do Luto em favor da Receita e dos Auditores

A Receita Federal e os Auditores Fiscais vêm sofrendo uma onda de ataques sem precedentes, que,

sob os mais variados pretextos, visam deslegitimar e apequenar a atuação do Fisco brasileiro. Como numa ação orquestrada, representantes do governo federal, parlamentares, ministros do TCU e da Suprema Corte têm mirado artilharias a um dos órgãos centrais da República, responsável pela arrecadação tributária federal, tão importante à manutenção do Estado, especialmente no atual momento de austeridade fiscal. Mais que um contrassenso, o acirramento dos ataques pede uma ação rápida e enérgica da classe.

Na quarta (21), o Sindifisco Nacional promoverá um grande ato, em todo o país, no denominado Dia Nacional do Luto, como ponto de partida para diversas outras ações que buscarão defender a classe e a instituição Receita Federal das recentes ofensivas. O sindicato conclama todos os filiados a aderirem às manifestações que ocorrerão em cada localidade, de acordo com as orientações das Delegacias Sindicais. Neste dia, todos deverão vestir-se de preto ou portar algum adereço na cor preta (lenços, tarjas, faixas etc.) que também remeta ao luto.

Não podemos assistir passivamente à arrogância de quem, ao tentar acusar a Receita e os Auditores de exorbitarem atribuições, exercem todo o poder fora dos limites da lei para ferir de morte o órgão e suas autoridades fiscais. De tão afrontosa essa situação, a grande imprensa tem denunciado os excessos e se posicionado a favor da livre atuação do órgão, bem como a sociedade têm se manifestado favoravelmente aos Auditores nas redes sociais.

Uma resposta à altura da classe certamente ajudará a fazer cessar os ataques que têm causado enorme constrangimento à instituição. A suspensão de investigações da Receita Federal para blindagem de agentes públicos, a mordida imposta ao Coaf, os injustos questionamentos do TCU quanto à remuneração dos Auditores, os puxa-

dinhos à Lei do Abuso de Autoridade, as tentativas de ingerência políticas do alto do Planalto e as consequências exonerações e afastamento de servidores precisam, urgentemente, encerrar uma forte reação da classe.

O Fisco brasileiro jamais poderá deixar-se sucumbir a interesses escusos que não guardam qualquer similaridade com os objetivos republicanos traçados pela Constituição Federal de 1988. Sobre todos os cidadãos, independentemente da posição que ocupem, deve imperar a Constituição e as leis que regem nossa República. Absolutamente ninguém está acima da lei! E não se pode aceitar a completa inversão de valores proposta pelo bunker daqueles que dela mais temem.

A correção dos atos da Receita no desenvolvimento de suas atribuições legais deveria causar orgulho a todas as demais instituições que prestam serviço ao Estado brasileiro. Diante da injustificável repulsa, no entanto, não resta alternativa aos Auditores senão um “contra-ataque” robusto centrado no desmascaramento de todas as falácias e injúrias promovidas por quem mais deveria zelar pelo interesse público.

É hora de eleger como alvo principal não o agente A ou B. Ataca o indivíduo quem não tem argumento; lhe fere covarde quem teme a justiça. Em tempos de grave crise ética e flagrante desrespeito institucional é preciso ter por alvo o resgate da Receita Federal como órgão modular de gestão, de inovação e de eficiência, e do Auditor como promotor de equidade e justiça fiscal. Somente com uma instituição forte e independente será possível atender ao crescente clamor popular por uma sociedade mais ética, próspera e sem corrupção.

Informe-se na sua Delegacia Sindical, convoque seus colegas e participe das manifestações do Dia Nacional do Luto. Juntos, não deixaremos o Fisco morrer!”

Câmara aprovou projeto do governo que libera trabalho aos domingos e feriados

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira a MP 881, após votação dos destaques apresentados pelas bancadas partidárias ao projeto. As doze propostas de alteração do texto foram rejeitadas. A medida segue agora para apreciação no Senado.

A minirreforma trabalhista ou MP da escravidão, como vem sendo chamada, foi duramente criticada pela oposição na Câmara e vem sendo rechaçada por diversos setores da sociedade.

Além de retirar direitos dos trabalhadores, abolir regulamentações que vão estimular ainda mais a precarização do trabalho, a medida, ao acabar, em muitos casos, com a fiscalização de empresas e dificultar a responsabilização, abre caminho para a impunidade e vai ser um estímulo aos maus empregadores e maior exploração dos trabalhadores.

A permissão para o trabalho aos domingos e feriados sem o pagamento de 100% de adicional foi um dos pontos mais criticados pela oposição na Câmara.

Para o deputado Daniel Almeida (PcdoB-BA), a intenção da medida é promover uma “minirreforma trabalhista”.

“Todos somos a favor de desburocratizar, de ter liberdade econômica. Mas não é possível essa liberalização geral para o trabalho aos domingos. Domingo é um dia para o descanso. Domingo é um dia para os religiosos fazerem suas orações”, afirmou o parlamentar.

A presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Ivone Silva, diz que MP “é mais um ataque aos direitos dos trabalhadores”, lembrando da reforma trabalhista promovida pelo governo Temer em 2017, que autorizou contratos precários e retirou uma série de direitos previstos na CLT.

“Agora, a grande maioria de um Congresso que é pior ainda que o eleito em 2014 votou a favor de uma nova reforma trabalhista, que retira dos bancários e de outras categorias até mesmo o direito de descansar aos sábados, domingos e feriados”, afirma.

“Nós já estávamos mobilizados e alertando a categoria. Agora vamos redobrar a mobilização para tentar impedir que a MP passe também no Senado”.

Outro ponto aprovado, que é mais uma ameaça ao trabalhador travestido de “liberdade”, é o que trata do

controle de ponto.

A medida determina que será obrigatório os registros de entrada e saída no trabalho apenas para empresas com mais de 20 empregados. Atualmente, o limite é até 10 trabalhadores. O texto autoriza ainda o registro de ponto por exceção, um modelo em que o funcionário da empresa pode fazer um acordo com o empregador para não bater o ponto.

“Isso é um convite à burra”, diz o auditor fiscal Luiz Alfredo Scienza, vice-presidente do Instituto Trabalho Digno e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

“Os empregados podem abrir mão da hora extra por medo de ter uma promoção negada, de uma sanção disciplinar ou de outros constrangimentos”, diz.

Segundo o secretário jurídico do Ministério Público do Trabalho (MPT), Márcio Amazonas Cabral de Andrade, ouvido pelo site Repórter Brasil, a medida vai gerar desrespeito ao pagamento das horas extras e tornar comuns as jornadas excessivas, resultando em aumento nos acidentes de trabalho. “Os acidentes crescem exponencialmente nas últimas horas de trabalho”, afirma.

As mudanças na fiscalização do trabalho também vêm sendo apontadas como um grande retrocesso.

Para a vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho (SINAIT), Rosa Jorge, “a MP tenta resgatar a barbárie que imperava no mundo do trabalho no Século XIX, quando não havia leis laborais nem quem as fiscalizasse”.

“Levantamento do Sindicato com base na Relação Anual de Informações Sociais, a Rais, aponta que 94% das empresas nacionais têm menos de 20 trabalhadores. Ou seja, quase todas vão ficar sem fiscalização. E preciso notar que, historicamente, a limitação da jornada de trabalho sempre foi um dos principais pleitos da classe trabalhadora, e a matéria é um ‘libera geral’ para a desregulamentação”, afirma.

Segundo o procurador Márcio Amazonas da Procuradoria Geral do Trabalho, os ataques que a MP desfere contra as instituições de fiscalização trabalhista desmantelam todo o sistema de proteção social ao trabalhador.

“A teia protetiva institucional é o alicerce dos direitos sociais e da própria democracia. A MP 881 esfalca a Fiscalização do Trabalho.”

Petroleiros fazem protesto em frente à Petrobrás no Rio contra privatização da estatal

Petroleiros realizaram protestos contra a privatização de cinco refinarias e da Liquegás, na manhã de sexta-feira (16), em frente à sede da Petrobrás, no Rio de Janeiro e nas unidades da estatal no Litoral Paulista.

De acordo com a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e a Federação Única dos Petroleiros (FUP), o ato foi realizado na sexta por se tratar do último dia marcado pelo governo Bolsonaro para que possíveis compradores se credenciassem para compra de ativos nos segmentos de Gás Natural e Refino, disponibilizados no programa de privatização da Petrobrás.

“As mobilizações aconteceram nacionalmente e objetivou denunciar a venda das refinarias da Petrobrás anunciada pela direção da estatal, assim como os prejuízos para o Brasil com a política de preços de combustíveis adotada pela empresa, de reajuste com maior periodicidade”, explica a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP).

Na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, sugeriu novamente que pretende privatizar a Petrobrás, em

seminário sobre gás natural, na capital fluminense. Guedes afirmou que Jair Bolsonaro tem se mostrado cada dia mais animado com a ideia de privatizar empresas, e que já disse ao presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, “para ficar alerta”. Na sequência, Guedes declarou que sua fala se tratava de uma “brincadeira” e “especulação”, mas voltou a repisar sua opinião a favor de “privatizar tudo”.

Para o coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), José Maria Rangel, mesmo com o desmentido, as declarações comprovam o “DNA entreguista” e o “descompromisso” do atual governo com a gestão da estatal.

“Para a retomada do crescimento, a Petrobrás é fundamental. Quando falamos em privatização, não tem novidade nenhuma. O DNA deles é entreguista, que cada vez mais visa a aprofundar esse fosso social que vive o nosso país. Se pensarmos que vão fazer isso, sem que haja luta e resistência, estão bastante enganados”, afirmou Rangel em declaração ao Jornal Brasil Atual.

Inconstitucionalidades da PEC 06 precisam ser revistas no Senado, afirma ANFIP

O assessor de Estudos Socioeconômicos da Associação dos Auditores Fiscais (ANFIP), Wilson Antonio Romero, cobrou o papel do Senado sobre a reforma da Previdência em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH), na segunda-feira (12).

“Essa Casa é revisora e não pode simplesmente carimbar o que está vindo da Câmara dos Deputados. Mesmo com a enormidade de incongruências que já foram questionadas, notamos que, lamentavelmente, o trator conservador e neoliberal fez com que se consolidasse a PEC 06/2019, nos termos propostos, inclusive sem levantar maiores questionamentos”, disse.

Romero falou o quanto a reforma prejudica os servidores públicos. “Os servidores públicos estão sendo vítimas de uma alíquota de contribuição previdenciária que pode chegar a 22%, um confisco dos seus proventos de aposentadoria, sobre pensões e principalmente dos seus salários e isso imediatamente após a aprovação da PEC. A partir de sua promulgação já entrará em vigor”, explicou.

Ele falou ainda sobre as inconstitucionalidades contidas no texto da reforma e sobre as mentiras que circularam e circulam em torno da questão: “Primeiro disseram que a desconstitucionalização, proposta pelo governo, havia sido tirada da PEC. Muito pelo contrário, quem analisa o conteúdo do texto

básico apresentando e aprovado pelos deputados federais, observa que há uma abrangente desconstitucionalização do direito previdenciário. O texto delega à Lei Complementar inúmeros requisitos, como a idade mínima, alíquota de contribuição, equacionamento do déficit atuarial, entre inúmeros outros detalhes que serão regulamentados a posteriori”, destacou.

Ele alertou também sobre as fake news em relação à capitalização. “Nós estamos vendo o mercado muito quieto porque tiraram a capitalização, mas o filé da capitalização é o Fundo de Pensão dos Servidores Públicos (Funpresp), que permaneceu, abrindo mercado para as entidades abertas de Previdência Complementar. Quem é o que o mercado deseja é de fato entrar na Funpresp, no fundo de pensão dos municípios, daquele cidadão que ganha um pouquinho mais acima dessa média, dessa miserabilidade do nosso sistema de Previdência”, disse Romero.

“O governo quer ainda terceirizar os benefícios do INSS, ou seja, além de abrir toda a Previdência Complementar para o mercado privado, vão terceirizar tudo. Isso é muito preocupante porque não estaremos apenas entendendo a Previdência, mas, antes de enterrar, estaremos cremando a estrutura do Instituto Nacional de Seguro Social”, afirmou.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Reprodução TV Sindifisco



Indústrias de couro entre as beneficiadas Evo anuncia combate a contrabando em defesa da indústria nacional

A Bolívia anunciou medidas para o controle da importação de artigos de couro, móveis de madeira e produtos têxteis em defesa de sua indústria nacional.

A diretora do Serviço Nacional de Comércio Exterior, Mayra Cárdenas, explicou que, para fortalecer a luta contra o contrabando e proteger a indústria nacional, a legislação permitirá ao público conhecer as empresas importadoras e verificar as denúncias de entrada no país de mercadoria ilegal.

O presidente boliviano, Evo Morales, defendeu a medida, a cargo do Ministério de Desenvolvimento Produtivo e Economia Plural da Bolívia (MDPEP), salientando que sem contrabando o crescimento da economia teria sido 1% maior. “Se no ano passado, – no país, que é reconhecido e respeitado por seus altos níveis de desenvolvimento econômico – o PIB cresceu 4,5%, possivelmente o aumento seria de 5,5%”, frisou.

Matéria completa em: www.horadopovo.org.br

Alberto Fernández a Bolsonaro: “Vínculos entre nossos povos são maiores que um presidente”

“O vínculo entre Brasil e Argentina deve ser indissolúvel, somos sócios demasiado profundos para que se pense que isso possa se dissolver por um presidente de conjuntura, que se chame Bolsonaro ou Fernández”, declarou o candidato da coligação “Frente para Todos”, Alberto Fernández, que tem como vice a ex-presidente Cristina Kirchner e que saiu na frente nas recentes Primárias Ampliadas, superando o atual presidente Macri por 49% a 33%.

Fernández assim falou respondendo a diatribes proferidas por Bolsonaro quando soube da derrota de seu preferido, Mauricio Macri. Então desandou a falar coisas do tipo: “Argentinos fugirão para o Brasil se a ‘esquerdalha’ voltar ao poder” ou chamando os vitoriosos na disputa pelo próximo mandato na Casa Rosada de “bandidos de esquerda”.

Fernández deixou claro que não tem intenção de entrar nesta discussão de baixo calão, afirmando: “Se Bolsonaro quer bailar este tango não conte comigo.”

Argentina: manifestação por salário e emprego reúne multidão na capital

Dezenas de milhares de argentinos marcharam até a Casa Rosada, sede do governo, para exigir empregos, melhores salários e aumento dos subsídios à pobreza, em meio ao estouro de uma crise financeira que deixa o presidente Mauricio Macri isolado até das forças que o apoiaram desde sua eleição.

“A dívida é com o povo, não com o FMI (Fundo Monetário Internacional)”, dizia uma das bandeiras na manifestação, em referência ao acordo pelo qual, em troca de 57 bilhões de dólares, Macri submeteu o país ao controle – que chama de supervisão – da política econômica do governo.

A chapa de oposição composta pelos peronistas Alberto Fernández e Cristina Kirchner obteve uma vitória arrasadora sobre o arrocho e desemprego de Macri nas eleições Primárias, Abertas, Simultâneas e Obrigatórias (PASO) realizadas no domingo, 11, com uma percentagem de 49,2% contra 33,1% (16 pontos de diferença). A reação destemperada do presidente provocou a derrubada do mercado financeiro.

O Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina, Indec, recentemente divulgou pesquisa mostrando que no primeiro trimestre de 2019 a pobreza no país

atingiu 34,1% e a indignação chegou a 7,1% da população. No primeiro trimestre do ano passado, o índice indicava 25,5% dos argentinos em situação de pobreza.

Sindicatos, organizações de desempregados e de partidos de oposição, com faixas, bandeiras e cartazes enfeitaram a enorme manifestação que se concentrou na Praça de Maio, no dia 16, à qual se somaram milhares de manifestantes espontâneos.

As primárias tiveram um valor simbólico porque os partidos já tinham escolhido previamente seus candidatos à presidência, mas tornaram-se uma pesquisa precisa do que deve ocorrer nas eleições presidenciais de outubro. Daí a reação de Macri.

Um dia depois do resultado eleitoral, com o câmbio desfavorável ao peso disparando e a moeda argentina perdendo 15% em relação ao dólar, o presidente tentou chantagear: “Isso é só uma amostra do que pode acontecer” com a previsível vitória da oposição.

Imediatamente, milhares de cientistas e personalidades ligadas à produção cultural na Argentina divulgaram uma declaração pública onde expressaram sua preocupação com a fala irresponsável de Macri.

Leia matéria completa em: www.horadopovo.org.br

“Acordo secreto Abdo/Bolsonaro requer impeachment”, diz senadora



Esperanza Martínez, líder da bancada da Frente Guazú no Senado do Paraguai

Netanyahu proíbe a entrada de deputadas democratas para bajular Trump e se desmoraliza

Tanto a truculência do premiê israelense, Bibi Netanyahu, em proibir a entrada em Israel de duas deputadas norte-americanas, como a circunstância de ter expedido a proibição após uma simples tuitada pública de Trump, deixaram o chefe do governo de Israel em maus lençóis.

Em meados do mês de julho, o embaixador de Israel em Washington, Ron Dermer, informou publicamente e às deputadas do Partido Democrata, Ilhan Omar (descendente de somalis) e Rashida Tlaib (de origem palestina), recentemente eleitas para a Câmara norte-americana, que permitiria que visitassem Israel e os territórios palestinos da Cisjordânia, onde Tlaib tem parentes, “por respeito para com o Congresso dos Estados Unidos, e à grande aliança entre Israel e a América, nós não negariamos a entrada de qualquer membro do Congresso em Israel.”

VIA TUITÉ

Acontece que na quarta-feira, dia 14, pela manhã, Trump escreveu, através de uma tuitada, que “se Israel permitisse que as deputadas Tlaib e Omar visitassem o país, isso mostraria uma grande fraqueza. Elas odeiam Israel e todo o povo judeu e não há nada que possa ser dito ou feito para mudar suas mentes. Os do Estado de Minnesota, [que elegeu Omar] e os do Michigan [eleitores de Tlaib] vão enfrentar dureza para colocá-las de volta no parlamento. Elas são uma desgraça!”.

Foi o suficiente para que na mesma quarta-feira pela tarde informasse que as deputadas não poderiam passar do aeroporto Ben Gurion, em Lod, perto de Tel Aviv, a justificativa de que “há alguns dias atrás, recebemos o itinerário da viagem das deputadas Omar e Tlaib, que deixou claro que elas planejavam uma visita cujo único propósito era apoiar boicotes e negar a legitimidade de Israel. Por exemplo, elas denominaram seu destino como “Palestina” e não “Israel” e de modo diferente de todos os membros do Congresso, sejam eles democratas e republicanos, elas não buscaram qualquer encontro com um funcionário do Estado oudo parlamento, seja do governo ou da oposição”.

A deputada Omar desmentiu o primeiro-ministro, dizendo que ela planejava visitar o Knesset, conversar com integrantes do parlamento israelense e com funcionários da Segurança.

A proibição de Bibi Ne-



Deputadas Omar e Tlaib, proibidas de entrar em Israel

tanyahu está sendo vista nos Estados Unidos como o maior tiro no pé já dado em qualquer governo israelense, do ponto de vista de sua relação com a opinião pública norte-americana. Isto porque o principal disfarce da real característica central do governo israelense – que é expandir o Estado de Israel através da limpeza étnica, via ocupação geral e tomada de terra dia a dia e demolição de residências – posando de “a única democracia do Oriente Médio”.

Um instante! Estão dizendo até os lobistas pró-Israel dentro dos Estados Unidos, que “democracia” é essa que não permite a visita aos territórios que Israel ocupa por parte de duas deputadas do Congresso Norte-Americano, legitimamente eleitas, ainda que com posição crítica com relação ao governo ou até ao Estado de Israel? Se é democracia, como não permite o contraditório?

A segunda questão levantada por parte significativa dos judeus norte-americanos é: Israel se diz “aliado” dos Estados Unidos. Que aliado é esse que barra o ingresso em seu território de integrantes do Congresso Norte-Americano.

Note-se que Bibi fez isso contra a indicação anterior de seu Ministério das Relações Exteriores de que as deputadas poderiam vir sem qualquer restrição. Como vimos acima, bastou uma tuitada de Trump, para horas depois a entrada ser negada tanto a Tlaib, quanto a Omar. Isso pegou mal em Israel. Pois lá Bibi propala que ele é duro com o governo da Casa Branca. Que está até “pressionando” a que os Estados Unidos desçam o malho no Irã. Que, aliás, de forma independente da posição de Washington, Israel já começou a guerra de desgaste ao desfechar foguetes sobre iranianos que foram à Síria em apoio a luta deste governo contra o terrorismo importado por governos norte-americanos.

CAIU A MÁSCARA

Toda essa máscara caiu. Nem é a democracia que propala, nem é independente como bravata. Aquela ideia de que no caso específico e único da hutzpá (um termo hebraico para

denominar uma ideologia israelense muito comum em seu governo, de mesclar prepotência com cara de pau, para passar por cima de qualquer correlação de força) permitiria que Tel Aviv ‘mandasse’ em Washington, ou seja que, na relação Israel/Estados Unidos, é o rabo que abana o cachorro, é pura conversa.

Netanyahu, acabou mostrando seu capachismo diante de Trump, acabou cometendo um gesto que nem ele estava com tanta confiança de fazer, claro que seria muito melhor, de seu ponto de vista, não ter deputadas críticas andando pelos territórios, conversando com os palestinos no terreno, com as organizações de direitos humanos na Palestina e em Israel, olhando de perto o funcionamento dos postos policiais-militares israelenses na Cisjordânia, vistoriando o muro da segregação, os assentamentos judaicos em terras assaltadas aos palestinos... Mas Netanyahu sabia que o preço a pagar por proibir a sua entrada em Israel e Palestina seria muito alto, tanto assim que o Ministério do Exterior, através do seu embaixador nos EUA, já tinha dado o sim. Mas, cadê coragem de negar-se a atender uma solicitação partindo da Casa Branca?

Trump mostrou que, no afã de ganhar alguns votos dos judeus mais arraigados a uma postura acrítica de Israel, está pouco se lixando para a eleição de seu suposto parceiro em Israel.

Para se ter uma ideia do que isso significa, enquanto nas eleições mais recentes, de 2016, enquanto no voto direto, Trump teve 46% dos votos e Hillary Clinton, 48% (ele se elegeu por conta da quantidade maior de delegados ao Colégio Eleitoral, na distorcida eleição norte-americana), um levantamento da Jewish Virtual Library, mostra que entre os judeus, Trump teve 24% dos votos e Hilary 71% (5% não votaram em nenhum dos dois).

Reunimos alguns depoimentos que mostram a dimensão desgaste causado pela medida de Bibi.

NATHANIEL BRAIA
A matéria completa pode ser lida em: www.horadopovo.org.br

A senadora Esperanza Martínez, do Paraguai, que defende impeachment do presidente Abdo Benítez, condenou seu antipatriotismo. Segue entrevista com a parlamentar

“Quando se tem um presidente da República que pode ser extorquido por outro presidente para seus negócios pessoais, como você se sentiria? O que dizer diante do seu presidente flagrado numa atitude de entrega e servilismo? Que sensação teria diante de tamanha manifestação de antipatriotismo, como demonstrou Mario Abdo Benítez?”, questionou a senadora paraguaia Esperanza Martínez, em entrevista exclusiva. Líder da bancada da Frente Guazú no Senado, a ex-ministra da Saúde do governo de Fernando Lugo defendeu o impeachment de Marito e a mobilização em defesa da represa de Itaipu como patrimônio público e denunciou o objetivo de privatização da Eletrobrás e da Administração Nacional de Eletricidade (ANDE) e assinalou que “por trás de duas figuras como Bolsonaro e Mario Abdo estamos falando de grupos econômicos muito poderosos, de capitais transnacionais, dos quais provavelmente sejam simplesmente a fachada”. Para Esperanza, é fundamental a solidariedade para se contrapor a “estas cúpulas econômicas mafiosas transnacionais que vêm se apoderar das nossas riquezas”.

Senadora Esperanza Martínez, qual foi sua primeira reação quando soube de um acordo secreto em que se assaltava recursos paraguaios de Itaipu?

A primeira reação foi uma forte indignação. Para o Paraguai é estratégica uma negociação com o Brasil de forma a poder recuperar 50% da energia e fazer um plano de desenvolvimento para os próximos 20 ou 30 anos, pois [após cinco décadas] terminaremos de pagar a dívida. Então, nos informamos pela denúncia do presidente da ANDE (Administração Nacional de Eletricidade) que o presidente Mario Abdo Benítez já havia concretizado com o presidente Bolsonaro um acordo secreto que dava, além de benefícios de sessão de energia, através da compra de potência, uma transação a favor de uma empresa aparentemente envolvida com familiares diretos do presidente brasileiro – deixando de lado a Eletrobrás, que aparece no Tratado de Itaipu como responsável. Fomos informados que para conseguir essa negociação, o presidente Bolsonaro, também dito pelas próprias autoridades, vinha extorquindo o Paraguai de tal maneira a que fossem cedidas todas as demandas colocadas no tratado secreto. Quando se tem um presidente da República que pode ser extorquido por outro presidente para seus negócios pessoais, como você se sentiria? O que dizer diante do seu presidente flagrado numa atitude de entrega e servilismo? Que sensação teria diante de tamanha manifestação de antipatriotismo, como demonstrou Mario Abdo?

Este antipatriotismo tem raízes bastante profundas.

Já sabíamos que na época do ditador Alfredo Stroessner [que governou com mão de ferro o país de 1954 a 1989, distribuindo oito milhões de hectares aos amigos, o equivalente a um terço das terras aráveis] seu pai ocupava um cargo muito importante, foi seu secretário particular. Na época foi parte de todo o processo de corrupção do

lado paraguaio, quando foram criados os chamados “Barões de Itaipu”, os grandes ricos, com enorme poder econômico, que ergueram suas imensas fortunas privadas com o que deveria ser de toda a sociedade. Aqui no Paraguai há uma forte indignação sobre a posição política do presidente e a maneira como se comportou na relação bilateral com o presidente Bolsonaro, a quem, aparentemente, estava cedendo benefícios de compra direta a uma empresa ligada à sua família.

Um tipo de comportamento que traz para o calendário de ambos os países a ameaça da privatização das duas estatais, a Eletrobrás e a ANDE.

O temor que temos desde há muito tempo é o tema da privatização da ANDE, apesar de que no Paraguai todos os Sindicatos, a cidadania segue majoritariamente defendendo a manutenção da empresa como estatal. Por meio da Frente Guasú, que é a força política a qual pertence, apresentamos um projeto de lei fazendo uma agenda de investimentos de agora até 2023 para a construção de linhas de transmissão, fortalecimento institucional da ANDE e outros investimentos na rede elétrica para que o Paraguai possa finalmente utilizar a energia e fortalecer sua empresa pública. Para nós a eletricidade é como o petróleo, o elemento mais estratégico para o desenvolvimento, ter uma represa que possa produzir energia renovável e não contaminante. Deveríamos, portanto, colocá-la como bem público inegociável. Há uma disputa entre os setores progressistas e de esquerda para sustentar a ANDE como empresa elétrica, pública, porém, evidentemente, há também interesses de empresários paraguaios e brasileiros para a privatização, o que seria outro escândalo. Um abuso que nos conectaria com este antecedente que é o início de negócios privados contaminando a relação das nossas duas empresas. Acredito que o projeto de privatização também ameaça a Eletrobrás.

Bolsonaro e Marito reforçam o projeto de privatizar e desnacionalizar um bem estratégico para o desenvolvimento conjunto dos nossos países e povos, colocando um investimento comum a estes povos na mão de cartéis estrangeiros.

Aqui se acredita no envolvimento, em seu momento, de Dario Messer, que foi muito próximo do ex-presidente Horácio Cartes [considerado por ele como “irmão de alma”, matéria no link: <https://horadopovo.com.br/para-presidente-paraguaio-doleiro-fugitivo-messer-e-irmao-de-alma/>] e que hoje está preso no Brasil, imputado por lavagem de dinheiro e forte participação de bancos paraguaios, incluindo o próprio Banco Central. Messer tem cidadania israelense.

Haveria então também interesses de Israel?

O embaixador de Israel no Paraguai se retirou quando se retrocedeu na proposta de instalação da embaixada em Jerusalém. O presidente Cartes havia instalado a embaixada e o presidente Mario Abdo a retirou. Isso produziu uma crise no relacionamento entre os dois.

LEONARDO W. SEVERO
de Assunção
Leia a entrevista na íntegra em: www.horadopovo.org.br

Trump acusa presidente do Fed por queda da Bolsa e recessão à vista



Christine, mãe do fundador do WikiLeaks

Mãe de Assange: "Inglaterra e EUA estão matando meu filho lenta e cruelmente"

A mãe de Julian Assange, Christine, denunciou os governos dos EUA e do Reino Unido por tratamento cruel e desumano na prisão em Londres. "Meu filho Julian Assange está sendo assassinado lenta, cruel e ilegalmente pelos governos dos EUA e do Reino Unido, por exercer suas atividades como jornalista multi-premiado, que revelou crimes de guerra e corrupção", escreveu Christine Assange.

Assange está atualmente encarcerado na prisão de Belmarsh depois de ser preso na embaixada equatoriana de Londres em abril. Seus visitantes repetidamente levantaram preocupações sobre sua saúde. Ainda recentemente, na quarta-feira passada, o jornalista, cineasta e escritor John Pilger disse que sua condição estava "deteriorando-se" e que ele estava sendo tratado "pior que um assassino".

Assange enfrenta um pedido de extradição para os Estados Unidos, onde é acusado de posse e divulgação de informações confidenciais, o que poderá condená-lo a até 175 anos de prisão, com base em uma lei caduca.

Christine Assange também compartilhou via twitter o link de um relatório de um especialista em casos de tortura das Nações Unidas, que afirmou que "a perseguição coletiva a Julian Assange deve terminar aqui e agora!"

RELATOR DA ONU

O Relator Especial da ONU para Tortura, o jurista suíço Nils Melzer, mencionado por Christine, denunciou no início de junho deste ano que o jornalista Assange mostra "todos os sintomas de uma pessoa que esteve exposta a tortura psicológica por um período prolongado" e afirmou também que ele não deve ser extraditado para os EUA, onde sofreria "um show judicial politizado". A declaração foi feita em Genebra, depois de visita do relator, acompanhado de dois especialistas médicos, ao presídio de segurança máxima em Londres em que o jornalista está encarcerado.

"Nossa descoberta indica que o senhor Assange mostra todos os sintomas de uma pessoa exposta a tortura psicológica por um período prolongado. O psiquiatra que acompanhou minha missão disse que seu estado de saúde é crítico", disse Melzer à Reuters em Genebra.

"Assange foi deliberadamente exposto, por vários anos, a formas progressivamente graves de tratamento ou punição cruéis, desumanos ou degradantes, cujos efeitos cumulativos só podem ser descritos como tortura psicológica", atestou Melzer em um comunicado. "Não estamos falando de processo, mas de perseguição", acrescentou o jurista suíço. "Eu estou preocupado que se este homem for extraditado para os EUA, ele será exposto a um show judicial politizado e sérias violações de seus direitos humanos", assinalou.

Em entrevista à jornalista norte-americana Amy Goodman, do Democracy Now, Nils Melzer relatou que foi ao presídio londrino acompanhado de "dois especialistas médicos muito experientes e especializados em examinar, identificar e documentar sintomas de tortura – tortura física ou psicológica. E nós rodamos protocolos médicos, chamados Protocolos de Istambul, que são protocolos reconhecidos para examinar vítimas de tortura, para ter uma avaliação médica objetiva".

Materia completa em www.horadopovo.com.br

Cabeças rolam no HSBC por ajuda ilegal a promotores dos EUA contra a Huawei

Um conselheiro da Comissão de valores mobiliários chinesa, Dong Shaopeng, revelou ao jornal chinês em língua inglesa, Global Times, que as mudanças consecutivas no alto escalão do HSBC estão provavelmente relacionadas com a prisão de Meng Wanzhou, diretora-tesoureira da Huawei, no Canadá.

Conforme já havia relatado a Reuters em fevereiro, foi o HSBC – cujo maior acionista era então o megafundo norte-americano Blackrock – que subsidiou as acusações de Washington contra a Huawei e Meng, enquanto buscava fechar um acordo com o Departamento de Justiça (DOJ) dos EUA para ser excluído das acusações de violação de sanções norte-americanas.

Em menos de uma semana, caíram o principal executivo do banco e chefe dos principais negócios na China, John Flint, depois de 18 meses no cargo e quase três décadas no banco, e a presidente executiva da HSBC Holdings, Helen Wong, no banco desde 1992.

Maior banco da Europa e principal agente financeiro em Hong Kong, o HSBC tem mais de US\$ 2,5 trilhões em ativos – além de uma insuspeitada quantidade de derivativos zumbis nas masmorras do banco. As cabeças rolaram em meio ao que a Reuters chamou de "sólido aumento" de 15,8% nos lucros antes dos impostos para US \$ 12,4 bilhões nos primeiros seis meses de 2019. Desde novembro, a posição de maior acionista foi assumida pela Ping An Insurance, que desbancou o Blackrock.

Uma fonte próxima ao assunto disse ao Global Times que a maneira pela qual o HSBC ajudou o Departamento de Justiça dos EUA a obter documentos contra a Huawei foi "antiética", já que forneceu informações confidenciais de seus clientes em troca de vantagens próprias. Para Dong, a assistência do HSBC à acusação dos promotores dos EUA contra a Huawei, ultrapassou em muito a esfera normal de negócios. Leia mais em www.horadopovo.com.br



Donald Trump diz que Jay Powell, presidente do Fed (BC) é um "sem noção"

Petroleiro iraniano zarpa de Gibraltar apesar das pressões de Washington

Zarpou de Gibraltar no domingo (18) o superpetroleiro iraniano recém liberado pelo governo do enclave britânico de Gibraltar, depois de 40 dias de apreensão ilegal por ordem de Washington, ato denunciado desde o primeiro momento por Teerã como "pirataria".

O navio finalmente deixou o ancoradouro no Estreito de Gibraltar, como registrou a PressTV, "avançando lentamente em direção ao seu novo destino". A bordo estão 29 tripulantes, indianos, russos, letões e filipinos.

Antes conhecido como Grace 1, o petroleiro foi rebatizado como Adrian Darya-1 após passar a ser registrado como de bandeira iraniana depois que o Panamá retirou a sua, provavelmente por pressão de Washington.

A liberação do superpetroleiro, que carrega 2,1 milhões de barris de petróleo, foi decidida na quinta-feira, após pressão do regime Trump tentando impedir. Imagens ao vivo de Gibraltar e das coordenadas da embarcação no site da Marine Traffic mostram que o enorme petroleiro está deixando as águas de Gibraltar no ritmo de 2,5 nós, movendo-se para leste, mas o destino ainda não está claro.

No domingo, Gibraltar rejeitou pedido oficial dos EUA para reter o petroleiro iraniano, registrando que as razões alegadas – as sanções dos EUA contra o Irã – não são aplicáveis na União Europeia. O pedido havia sido feito às pressas na sexta-feira, após o anúncio da liberação na véspera.

O pretexto alegado pelo regime Trump para deter o superpetroleiro iraniano foi de que este tinha ligações com o Corpo dos Guardas da Revolução Islâmica do Irã, que

Washington designou como "grupo terrorista" como parte de sua campanha de provocações contra o Irã.

Em comunicado, o governo da colônia inglesa em solo espanhol afirmou que não poderia atender ao pedido porque o Corpo da Guarda Revolucionária iraniana não é considerado uma organização terrorista pela União Europeia, da qual a Grã Bretanha ainda faz parte.

A declaração acrescenta que as sanções dos EUA que impedem as exportações de petróleo do Irã não podem ser aplicadas na UE, refletindo o que disse ser "as posições e regimes legais muito diferentes" das duas partes. No caso, se trata de que, enquanto as sanções dos EUA se devem à retirada unilateral de Trump do Acordo Nuclear Conjunto com o Irã, já Grã Bretanha, França e Alemanha – assim como Rússia e China – prosseguem o respeito. O acordo de 2015 também foi consagrado pelo Conselho de Segurança da ONU.

A apreensão abrupta do superpetroleiro no dia 4 de julho, sob o pretexto de que transportaria petróleo para a Síria, o que supostamente não seria permitido por sanções europeias em relação ao conflito no país árabe, na verdade, como revelou a diplomacia espanhola, havia sido acatada por Londres após ordem da Casa Branca.

A cumplicidade de Londres, sob o agonizante governo May, na provocação contra o Irã intensificou a crise no Golfo Pérsico, e acabou levando, em reciprocidade, embora não admitido explicitamente, à apreensão de um petroleiro de bandeira britânica, de-

pois de ingentes esforços de Teerã para solucionar o caso pela via diplomática.

Aliás, o que acabou acontecendo na medida em que o novo governo de Boris Johnson resolveu se afastar da última trapalhada de May. Pelo Estreito de Ormuz passa 20% do petróleo exportado no mundo e, a cada dia, de 20 a 30 petroleiros ingleses.

Como notou o ex-primeiro-ministro sueco, Carl Bildt, as alegações iniciais de Londres sobre a captura de um barco iraniano não se sustentavam. Primeiro, por serem sanções da União Europeia contra a Síria, "mas o Irã não é membro da EU". Em segundo, por princípio "a UE não impõe suas sanções aos outros, quem o faz são os EUA".

No afã de manter o Golfo Pérsico como um barril de pólvora, um dos motivos para a viagem do maniaco de guerra, John Bolton, a Londres na semana anterior foi o esforço para manter a apreensão do petroleiro iraniano.

Como postou nas redes sociais o embaixador iraniano na Grã Bretanha, Hamid Baeidinejad, a América – melhor dizendo, Trump – "tentou desesperadamente bloquear a liberação do petroleiro até o último minuto, mas sofreu uma derrota humilhante". Sobre a mudança de nome ele explicou que era uma questão ligada à mudança de bandeira, e que o petroleiro não está sujeito a quaisquer sanções e sua carga pertence à estatal de petróleo iraniana. A propósito, Teerã esclareceu que não fez nenhum compromisso quanto à destinação da carga – como asseverou o representante de Londres em Gibraltar, ao explicar a mudança de posição quanto ao navio.

Itália: 27 menores descem em Lampedusa após duas semanas aguardando a bordo do Open Arms

27 menores desacompanhados, que estão entre os 507 naufragos tirados das águas do Mediterrâneo nas duas últimas semanas, e há 16 dias vivendo uma agonia em busca de um porto seguro, puderam desembarcar do navio humanitário Open Arms no sábado em Lampedusa, Itália, após recuo a contragosto do vice-primeiro-ministro e ministro do Interior, Matteo Salvini, por pressão do primeiro-ministro Giuseppe Conte.

Os menores chegaram a terra à tarde em dois barcos da Guarda de Finanças e da Guarda Costeira e foram levados para um centro de acolhida. Previamente, a justiça italiana havia nomeado guardiões para as crianças. Um menor continuou no navio, por estar acompanhado de um adulto.

Conforme Francesco Piobichì, da ong Mediterranean Hope, o desembarque dos menores foi "tranquilo", eles são precedentes de "diferentes partes do continente africano: Egito, Chade, os países do Chifre da África". Ele acrescentou que os menores não apre-

sentam sinais de doenças, mas estão psicologicamente abalados pelos dias no mar.

"A autorização de desembarque dos menores foi dada por Salvini "com muito pesar", como fez questão de sublinhar. "A escolha é exclusiva do primeiro-ministro e supõe um precedente perigoso", assinalou, também caracterizando os 27 naufragos como "menores presumidos". Disse depois que "outros cedem, mas eu não mudo" e que se reserva o direito de ir aos tribunais para manter sua política – isto é, a xenofobia.

Pela lei italiana que ficou conhecida como 'Decreto Salvini', apenas o ministro do Interior, ou seja, ele próprio, é que pode decidir para liberar ou proibir o trânsito ou a detenção de navios em mar territorial por razões de segurança pública ou por suposto favorecimento da imigração clandestina.

Nos termos do decreto, o Open Arms está sujeito a confisco e multa de 1 milhão de euros por entrar em águas

territoriais italianas com os naufragos, além da prisão de seu capitão.

Na prática, Salvini, que empurrou o governo para a dissolução e antecipação de eleições, que espera vencer apelando para a xenofobia e o racismo, vem fazendo dos naufragos seus reféns na crise política em curso na Itália.

Na carta que levou Salvini a ceder, o primeiro-ministro reiterou "que é necessário o desembarque imediato de menores de 18 anos presentes a bordo do navio". E acrescentou que a Comissão Europeia "confirmou a disponibilidade de uma pluralidade de países europeus (França, Alemanha, Luxemburgo, Portugal, Romênia e Espanha) para partilhar os custos de hospitalidade para todas as pessoas com quem estamos lidando, incluindo independentemente da sua idade".

Poucos dias antes do resgate feito pelo Open Arms, dezenas de migrantes morreram no pior naufrágio no ano no Mediterrâneo. Leia mais em www.horadopovo.com.br

Pela primeira vez desde 2007, título do Tesouro de 2 anos obteve rendimento maior do que o de 10 anos, o que sinaliza recessão e poderá complicar Trump na campanha da reeleição

Um dia depois de ter piscado primeiro diante dos chineses, ao adiar a entrada em vigor das tarifas sobre uma ampla gama de importações chinesas, o presidente Donald Trump culpou o "sem noção" presidente do Federal Reserve (o BC dos EUA), Jay Powell, pela derrubada em Wall Street, conforme uma inversão na curva de rendimentos de títulos do Tesouro sinalizou que a crise está batendo à porta.

Pela primeira vez desde 2007, um Treasury [título do Tesouro] de 2 anos atingiu um rendimento maior do que o de 10 anos, numa inversão do que é o normal, sintoma que precedeu todas as recessões nos EUA. O índice Dow Jones caiu quase 3% na quarta-feira, na pior sessão da bolsa de Nova Iorque este ano, e a segunda em um mês com perda de mais de 700 pontos-base.

A derrapada se estendeu aos demais cassinos de agiotagem do planeta, sendo que a inversão da curva de rendimentos também foi registrada na Alemanha, no Canadá e na Grã-Bretanha, como revelou o portal norte-americano zerohedge.

Antes que se tornasse ensurdecador o clamor de que é sua guerra comercial contra tudo e todos que vem empurrando o mundo para o buraco, @realDonaldTrump correu a tuitar que "o spread é excessivo, com os outros países dizendo OBRIGADO ao sem noção Jay Powell e ao Fed. A Alemanha e muitos outros estão jogando o jogo!"

Além do presidente do Fed, Trump também culpou a "curva de rendimento" de títulos do tesouro norte-americano pelo buraco em que ele está enfiando seu país: "curva de rendimento invertida doida! Nós poderíamos estar facilmente colhendo ganhos e recompensas, mas o Fed está nos puxando para trás. Nós vamos vencer!"

Pouco antes, asseverava, também pela sua rede social predileta, que "nosso problema não é a China, embora Hong Kong não esteja ajudando. Nosso problema é com o Fed. Subiu [o juro] muito e muito rápido e está muito atrasado para cortar".

Embora seja verdade que os países europeus – isto é, o BC europeu – estão de volta à redução dos juros já mínimos, isso ocorre porque o que vêem pela frente é a crise chegando, ou ameaçando chegar, de que a guerra comercial de Trump tem sido um fator essencial – além do Brexit.

A propósito, a zona do euro mal se moveu no segundo trimestre, crescendo 0,2% (a metade) do trimestre anterior, sendo que a locomotiva, a Alemanha, inclusive recuou -0,1%. A Itália zerou, o que foi contrabalançado pela alta de 0,2% do PIB da França e de 0,5% da economia espanhola. A Grã Bretanha também andou para trás, menos 0,2%, a primeira contração desde 2012.

O conselheiro de Comércio de Trump, Peter Navarro, em entrevista à Fox Business Network reforçou as reclamações de Trump, conclamando o Fed a reduzir o juro básico em 0,5 ponto percentual "o mais rápido possível".

Ação que considerou imprescindível para "levar o Dow Jones aos 30 mil pontos". Resumindo: não pode deixar a 'Bolha de Tudo' estourar no colo de Trump, logo na véspera da eleição.

Outro ponto esclarecido por Navarro foi que o adiamento não foi em troca de concessões chinesas, mas para escudar as compras de Natal e a volta às aulas das tarifas de Trump. Querer concessões da China em troca do adiamento das tarifas – acrescentou – "é o modo totalmente errado de encerrar isso".

Navarro justificou que "toda a premissa que estamos tentando é causar dor

a eles, não dor sobre nós". E – passando com louvor no teste de quem pisca primeiro – o conselheiro de Comércio da Casa Branca admitiu com candura que "se nós simplesmente pusessemos as tarifas em 1º de setembro, isso causaria mais dor a nós, do que a eles. Seria uma estupidez".

Como registrou um analista, essa admissão detona a alegação de Trump de "estamos vencendo grande" e que são "os chineses que estão pagando bilhões". Se os chineses estivessem "pagando", porque seria necessário blindar das tarifas as compras de Natal?

Em declarações à CNBC, o secretário de Comércio Wilbur Ross disse que ainda é "cedo" para avaliar em que pé estão as negociações comerciais EUA-China. Não há sequer uma data definida para outra rodada cara a cara, embora tenha sido acertada nova conversa por telefone em duas semanas.

Para o economista Chad Bown, do Instituto Peterson de Economia Internacional, "o único consolo menor vem em seu timing". Ele acrescentou que, ao adiar a imposição de tarifas para quando a importação já tenha chegado aos estoques para as compras de Natal e a volta às aulas, "o presidente Trump pode estar chegando, embora tardiamente, à evidência econômica sobre os custos de sua guerra comercial".

A julgar pelas loas, nas tuitadas, a que "estamos vencendo grande" e que as tarifas estão garantindo "bilhões" aos EUA, não é exatamente o caso – ou talvez seja parte inseparável do manual mafioso de negociação de Trump gargantear o tempo todo.

A Reuters, após análise das listas tarifárias com base nas importações da China do ano passado, chegou à conclusão de que o adiamento da entrada em vigor das tarifas adicionais de 10% se aplica a US\$ 156 bilhões – o que é a metade das importações visadas pela investida anunciada por Trump no dia 1º de agosto.

Na análise inicial, o alívio se aplicaria a cerca de um terço dessas importações.

O Departamento do Comércio dos EUA informou, ainda, que foi concedido alívio permanente de tarifas a 25 categorias de importados da China, incluindo contêineres e guindastes de portos e construção – além de coisas como assentos infantis, bíblias e alimentos para peixes.

Se a turma de Trump está com o cacete de piscar quando a pressão aumenta muito, o lado chinês segue um tanto impassível. No plano político, rebateram os palpites de Trump sobre Hong Kong, mandando-o literalmente cuidar do próprio nariz.

Na economia, o tom foi dado pelo editor do jornal estatal de língua inglesa, Hu Xijin. "Até onde eu sei, o lado chinês pede que os dois lados respeitem o consenso alcançado na cúpula de Osaka, que está removendo todas as tarifas adicionais, não que adiem algumas. Eu duvido que o lado chinês retome a compra em larga escala de produtos agrícolas dos EUA sob as circunstâncias atuais", tuitou Hu – que é considerado uma celebridade pelos especuladores norte-americanos, que acompanham com atenção tudo o que ele diz.

Em uma das tuitadas mais recentes de Trump essa foi, exatamente, a expectativa revelada por ele que, ainda, costumava asseverar que era "fácil" vencer uma guerra comercial.

Em Pequim, a conversa é outra, não há vencedores em uma guerra comercial, mas se for preciso, a China está pronta para lutar até um acordo ganha-ganha, mutuamente vantajoso. A China não vai abrir mão da alta tecnologia, nem vai entregar seu sistema financeiro a Wall Street e tem o único plano de investimento de larga escala do planeta, a Nova Rota da Seda. A.P.

Venda da Embraer à Boeing é crime contra o Brasil, alerta engenheiro do ITA - (3)

Continuação da edição anterior

O modelo de venda da Embraer, eufemisticamente denominado joint venture, não resulta numa organização sólida e coesa, mas num corpo desmembrado, sem a capacidade de projeto

SÉRGIO CRUZ

SOBRE A OPERAÇÃO

Abaixo, algumas considerações do professor Wagner Farias da Rocha, sobre a operação Embraer/Boeing.

A venda e transferência de controle de partes essenciais de uma organização, funcional e interdependente, resultará a médio prazo na morte dessa organização.

As declarações onde se diz que este fracionamento resultará em maiores vendas e maior prosperidade, constituem efetivamente um mero exercício de retórica apelativa, face à dificuldade inerente de justificar o injustificável.

Registre-se o sentimento de perplexidade e indignação face à conduta temerária e abusada das pessoas que estão a conduzir este processo de forma dissimulada (caracterizando uma venda como joint venture), irresponsável (em relação aos acionistas minoritários e à Nação) e negligente (não prever as consequências nefastas que a perda de capacidade de engenharia resulta numa indústria aeronáutica).

Este caso é tão aviltante que se torna necessário enfatizar e apontar claramente as irresponsabilidades e negligências que estão a se desenvolver e estabelecer.

A operação esta sendo descaracterizada por meio da declaração onde se afirma que se trata de uma joint venture, o que não faz o menor sentido.

De fato, partes da Embraer estão sendo vendidas para a Boeing e o que sobra se constitui uma organização mutilada, sem as competências básicas de projeto aeronáutico, em especial as áreas de aerodinâmica, estruturas, sistemas de comando de voo eletrônico fly by wire, engenharia de produção, entre outras.

O modelo de venda da Embraer, eufemisticamente denominado joint venture, não resulta numa organização sólida e coesa, mas num corpo desmembrado, sem a capacidade de projeto.

Partes vendidas, outras não; não se observa um nexo técnico no desmembramento. Situação semelhante ocorre com as instalações industriais.

A expressão, o conceito de joint venture, esta sendo distorcido. Faria sentido caracterizar como joint venture se existisse um novo projeto e as duas empresas aportassem os meios.

A citação da expressão joint venture remete a uma parceria e não à venda com transferência do controle empresarial. Faria sentido utilizar o conceito de joint venture se a nova empresa incluísse fábricas e departamentos de engenharia da Boeing.

De fato, está a ocorrer a separação de partes da Embraer, transferidas para controle da Boeing. As partes restantes não terão os meios de engenharia e produção para a continuidade dos projetos militares e de aviação executiva.

Wagner Rocha se baseia na Lei No 6.404, DE 15 de dezembro 1976 (Lei das Sociedades Anônimas) para mostrar, também sob este ponto de vista, as irregularidades nas decisões sobre a venda da Embraer.

“Os dispositivos legais previstos na lei das Sociedades Anônimas são explícitos e apontam

claramente as irregularidades presentes no Memorando de Entendimento”, diz ele.

BRASILEIROS DEVERIAM VOTAR NA ASSEMBLEIA GERAL

“Uma iniciativa deste porte, que transfere o controle do coração da empresa para a concorrência e torna a empresa restante uma organização defunta, deveria passar por assembleia geral, na qual os brasileiros têm 60% dos votos. Além dos interesses dos acionistas, se inclui a proteção do patrimônio público, devido à participação do BNDES”.

Ele cita também o Artigo 15 do Estatuto Social da Embraer para contestar a operação.

O Estatuto deixa claro que 60% do poder efetivo de decisão está nas mãos de brasileiros. A disposição estatutária estabelece um claro desacoplamento entre a participação financeira, no conjunto de ações, em confronto com o poder de fato em mãos de brasileiros.

Na condição de detentores do poder de fato, o Administrador só poderia celebrar um Memorando de Entendimento com um concorrente, cedendo para este o controle do coração da empresa, após obter uma autorização formal dos detentores de poder.

O engenheiro aeronáutico adverte que o país e a Embraer estão sendo lesados e que, em situações como esta, a autoridade pode fazer uso da **AÇÃO DE CLASSE ESPECIAL**. Ele lembra que esse tipo de ação foi estabelecido no Programa Nacional de Desestatização, Lei 9.491 de 09 de setembro de 1997.

Para Wagner Rocha, “o artifício utilizado, o de criar um terceira empresa, visa contornar o Artigo 9 do Estatuto, mantendo uma Embraer defunta sem transferir seu controle. A solução engendrada atende formalmente o Estatuto, mas transfere efetivamente o controle do coração da empresa, o que, na prática, resulta pior que transferir o controle”.

A transferência de setores de projeto e produção da Embraer resultará efetivamente na transferência (venda) de controle, mesmo que isso ocorra na forma de uma terceira empresa, pois esta seria controlada pela Boeing.

Historicamente, aponta o engenheiro, o conceito de Ação de Classe Especial surge no programa de desestatização inglês, realizado no governo de Margaret Thatcher, tendo sido copiado por outros países. Em resumo, este modelo permite: atuação privada; gestão criativa em conformidade com as boas práticas de investimentos; participações de outras instituições e controles internos de governança corporativa.

A proteção dos interesses nacionais se efetiva por meio da Ação de Classe Especial, impedindo a transferência do controle para organizações estrangeiras. O fato de uma empresa poder atuar de forma semelhante a uma empresa totalmente privada, não implica necessariamente na liberdade total existente nas empresas privadas.

Esta situação particular de empresa “tutelada” pelo Estado, resulta em algumas



vantagens, em especial a inexistência de determinadas licenças, isenções fiscais, participação preponderante em contratos relevantes e o aporte de recursos públicos e de forma privilegiada, exemplificado pelo custeio do desenvolvimento e ferramental de produção da aeronave KC-390 pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

EMPRESA ÁREA LIGADA À DEFESA

Ele argumenta também com a Lei 12 598 de 21 de março de 2012 e a definição de Empresa Estratégica de Defesa para se contrapor à venda da Embraer. A Lei 12 598 estabelece prioridades de compra e incentivos fiscais para empresas que atuam no segmento de defesa.

Alegadamente se afirma que os produtos de defesa da Embraer não serão afetados, considerando que o objeto do memorando se refere a Aviação Comercial. Como foi esclarecido, a Unidade Faria Lima e a Unidade EDE serão controladas pela Boeing.

Em resumo, o projeto e produção de uma asa necessitam dos meios presentes na Unidade Faria Lima. O projeto e produção de trens de pouso necessitam dos meios presentes na Unidade EDE. Torna-se difícil conceber uma aeronave militar, um produto aeronáutico de defesa, sem asas e trem de pousos.

Ao longo dos últimos anos, expressivas cifras de recursos tributários não foram recolhidos devido aos incentivos fiscais desta lei. Parte relevante destes recursos devem ter sido aplicados nas Unidades Faria Lima e EDE.

Os resultados da aplicação destes recursos serão desfrutados pela concorrente estrangeira.

CONSEQUÊNCIAS: BOEING JÁ ESPIONA SEGREDOS DA EMBRAER

Em decorrência do Memorando de Entendimento já estão a transcorrer tratativas entre equipes da Boeing e Embraer. Evidentemente, para a construção dos termos da pretendida transferência de controle, a Boeing já esta acessando informações técnicas e administrativas relevantes da Embraer.

PREJUÍZOS NOS CONTRATOS EM EXECUÇÃO COM PARTICIPAÇÃO DA EMBRAER

O processo de contratação do FX2, finalizado com a seleção e contratação da empresa sueca Saab, estabeleceu como premissa básica a transferência de tecnologia.

A venda do controle de grande parte da engenharia e da planta industrial da Embraer para a Boeing tornará sem sentido parte do objeto contratado, em especial o Acordo de Compensação.

Evidentemente, a Saab não transferirá determinadas tecnologias aeronáuticas para uma empresa controlada pela concorrente Boeing.

Deve ser ressaltado que a Embraer Defesa é muito insuficiente para realizar todo o escopo do projeto e produção previstos no contrato; essas áreas básicas de engenharia e produção estão instaladas na Embraer unidade Faria Lima, que seria controlada pela Boeing.

A engenharia da Embraer Defesa é focada nas áreas de armamentos e eletrônica de missão.

A venda do controle deve ser formalmente avaliada e os contratos revistos antes de submeter à tomada de decisão. Caso o TCU aponte prejuízos para a União, esse fato poderia resultar em questionamentos judiciais contra Agentes Públicos, até mesmo expondo os gestores públicos a situações que poderiam caracterizar Crimes de Responsabilidade.

Em termos conceituais, os contratos de desenvolvimento, industrialização e aquisição do KC-390 e de modernizações de aeronaves da FAB serão afetados. Os setores de projeto e produção que serão transferidos para controle da Boeing, por meio da terceira empresa, atuam diretamente na realização de partes dos contratos. Deve ser realizada criteriosa análise prevendo a revisão e renegociação desses contratos, considerando a alteração do executor de parte do objeto contratado.

ESTRUTURA DA INDÚSTRIA AERONÁUTICA

A indústria aeronáutica se estabelece como um único organismo, onde os recursos de engenharia de projeto e de produção atendem à realização de produtos de diferentes segmentos de mercado. Na estrutura matricial são definidos programas que vão lançar mão dos recursos de engenharia e de produção necessários.

Tal estrutura viabiliza a perenidade da indústria aeronáutica por meio da realização de projetos e da produção de aeronaves executivas e militares em momentos de baixa demanda de aeronaves comerciais.

As notas apresentadas ao público tendem a definir a Embraer como três empresas diferentes; uma de aviação comercial, outra de aviação executiva e a terceira de aviação militar.

Essa afirmação não é verdadeira. Trata-se de uma organização coesa e interdependente atuando em segmentos diferentes.

A ausência do adequado esclarecimento dessa especificidade aos gestores públicos

e ao público em geral pode comprometer o perfeito entendimento na condução da proposta. Uma proposta que incluía a transferência de parte da Embraer para controle de empresa estrangeira deve estar precisamente detalhada.

Esta medida permite que os gestores públicos desenvolvam a criteriosa análise para revisão dos contratos correntes bem como elaborar os devidos pareceres técnicos; necessários para que as autoridades possam decidir de forma fundamentada, pública e transparente sobre a Ação de Classe Especial de posse do Estado.

Não foi identificada nenhuma nota que esclareça que existe uma única estrutura de engenharia de projeto e de produção industrial que atende aos três segmentos.

ATIVIDADES COMUNS : AERONAVES MILITARES E COMERCIAIS

As atividades de engenharia necessárias ao projeto de uma aeronave militar, as equipes técnicas, programas de computador, dispositivos e equipes de ensaio, são da ordem de 70% comuns com a engenharia de aviação comercial (aerodinâmica, estruturas, sistemas básicos).

Engenharia é compartilhada por executivos, comerciais e militares

As áreas de engenharia específicas de aeronaves militares se aplicam aos sistemas de armamento aéreo e sistemas eletrônicos de missão.

As atividades de produção de aeronaves militares são comuns na ordem de 60% com a produção de aeronaves comerciais, diferindo basicamente na linha de montagem final.

A produção de itens estruturais, trens de pouso, cablagens, o sistema de garantia de qualidade industrial, a qualificação de fornecedores e a logística de peças e componentes são comuns a todos segmentos.

ATIVIDADES COMUNS: AERONAVES EXECUTIVAS E COMERCIAIS

Os recursos de projeto e produção de aeronaves executivas são muito coincidentes com os aplicáveis à aviação comercial, diferindo essencialmente no projeto e produção de interiores de aeronaves.

Algumas características específicas de desempenho são requeridas pelas aeronaves executivas, tais como pouso curto e voo de cruzeiro em níveis mais elevados.

OS PROFISSIONAIS DA EMBRAER

ENGENHARIAS DE PROJETO
Constituído pelo time de



Wagner Farias da Rocha, professor de Engenharia Aeronáutica do ITA e Aviador da Força Aérea Brasileira (FAB) (foto: STF)

técnicos e engenheiros de projeto, grande parte formados pelo Programa de Especialização em Engenharia – PEE. A atuação desse verdadeiro time de campeões resultou na criação de mais de uma dezena de novos tipos de aeronaves comerciais, executivas e militares projetadas e certificados nos últimos anos; todas muito bem aceitas pelo mercado.

PRODUÇÃO

Constituído pelo time de técnicos e engenheiros de produção. Apresentam padrões de eficiência e qualidade muito superiores à concorrência.

Deve ser citado um caso relevante: uma tradicional empresa estrangeira fabricava asas para a Embraer em Gavião Peixoto. Esta empresa teve o contrato rescindido por não atingir o padrão de qualidade exigido pela Embraer. A produção foi internalizada na unidade Embraer Faria Lima e todo o ferramental de produção do estrangeiro foi descartado por baixa qualidade.

A ética funcional impede a divulgação do nome desta empresa que apresentou baixos padrões de qualidade, mas a constatação, tristemente irônica, é que esta empresa oferece produtos de consumo geral, estando a marca associada a altos padrões de qualidade e lucro.

Devemos combater o “complexo de brasileiro vira-latas”, complexo este que define que tudo que vem do estrangeiro é melhor.

Deve também ser registrada a grande presença na Embraer de funcionários da região do Sul de Minas, nossos irmãos brasileiros das Minas Gerais. Chegaram a São José dos Campos nos anos 70 e 80. Esse pessoal com competência, dedicação e simplicidade fabricam as aeronaves brasileiras que cruzam os cinco continentes. Com esse modelo de venda do controle da Embraer, esse ciclo de prosperidade vai finalizar.

SUORTE EM SERVIÇO

As famílias de aeronaves EMB 145 e EMB 170 e 190 já realizaram varias dezenas de milhões de horas voadas sem fatalidades decorrentes de imperfeições técnicas – índice 10 vezes melhor que a concorrência. Este verdadeiro padrão de excelência é confirmado pelos números, resulta do robusto projeto de engenharia, da alta qualidade da produção e do acompanhamento diurno e noturno da frota em serviço; corrigindo-se prontamente por meio de boletins de serviço os mínimos indícios de problemas técnicos, inerentes a qualquer frota em serviço.

Zelo e dedicação são as palavras que melhor definem esses profissionais.

Leia a íntegra no site.
Continua na próxima edição